



**UNIVERSIDADE DO MINDELO**

**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, JURÍDICAS E SOCIAIS**

**CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIA POLÍTICA E  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**ALÉCIA MARIA MONTEIRO**

**Mindeló, 2015**

**TÍTULO DA MONOGRAFIA:**

**O Papel das Associações Comunitárias no Processo de Implementação das Políticas Públicas para o Desenvolvimento Local: O caso das Associações do Conselho do Paul Santo Antão.**

**AUTORA:** ALÉCIA MARIA MONTEIRO

**ORIENTADORA:** DOUTORA OSVALDINA DUARTE SILVA

**MINDELO, 2015**

## **Declaração de Originalidade**

Declaro que esta monografia é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, e na bibliografia.

A Candidata,

Alécia Maria Monteiro

Mindelo, 15 de Janeiro de 2015

“Trabalho apresentado à Universidade do Mindelo como parte dos requisitos para obtenção do grau de licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais”.

## **DEDICATORIA**

Dedico este trabalho à minha família e em especial à minha querida filha (Denisia Monteiro) que, ao longo desses anos soube me orgulhar, demonstrou que mesmo ausente conseguiu ultrapassar todas as dificuldades que a vida nos traçou.

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar dedico este trabalho a Deus ao qual agradeço pelo dom da Vida que me deu e de me ter ajudado a ganhar mais esta luta e por ser especial na minha vida.

Agradeço a todos os meus irmãos sem excepção, mas especialmente ao meu irmão (Gregório Lopes) pelo apoio incondicional que me deu ao longo da minha vida académica, pois sem essa ajuda a tarefa seria muito mais árdua para mim. À minha irmã (Carlina Monteiro) pelo papel de mãe que desempenhou ao longo desses anos e pelo seu incentivo, às minhas irmãs Arlinda Monteiro e Edit Monteiro, em fim a todos, que de uma forma ou de outra me apoiaram e estiveram comigo nesta trajectória, nos bons e maus momentos desta minha caminhada, sendo mais uma fase da minha vida ora termina. Outros desafios virão e tenho a convicção que eles estarão sempre ao meu lado.

Agradeço ainda aos meus Professores, Colegas e Amigos pela força, apoio e atenção que me deram durante este percurso, porque sozinha esta luta seria muito mais difícil de ser ganha.

Também quero endereçar os meus agradecimentos à Universidade do Mindelo e o seu corpo docente que faz de tudo para que todos os seus formandos tenham as mesmas oportunidades de curso.

Às pessoas que disponibilizaram o seu tempo para me ajudar na realização desse trabalho em especial a minha orientadora Osvaldina Duarte Silva e às senhoras Elísia Cruz, Carmelinda do Rosário e Tatiana Cabral.

Ao Governo de Cabo Verde que me concedeu uma bolsa de estudo, que foi muito importante tanto para mim como para os meus colegas que há muito procurávamos uma oportunidade de fazer um curso superior, e sem o qual seria quase impossível para mim estar aqui, com o orgulho de mais uma meta atingida. Por último só me resta dizer a todos muito obrigada por todo o apoio que sem o qual este trabalho não seria uma realidade  
**MUITO OBRIGADO!**

## RESUMO

O presente estudo intitulado “O Papel das Associações no Processo de Implementação das Políticas Públicas para o Desenvolvimento Local: caso das Associações do Concelho do Paul”, visa fundamentalmente analisar o papel das associações comunitárias na implementação das políticas públicas para o desenvolvimento local do Concelho do Paul na Ilha de Santo Antão, restringindo aos objectivos de desenvolvimento do milénio.

Neste âmbito, com base em pesquisas bibliográficas e de terreno, através da aplicação de um guião de entrevista, avaliou-se a participação de três associações, uma ONG e duas entidades locais, nomeadamente a Câmara Municipal do Paul e a Comissão Regional de Parceiros (CRP).

Os resultados mostram que as associações trabalham em parceria com a Câmara Municipal e com o CRP essencialmente na implementação do I Objectivo e no VII Objectivo do Milénio. Mostra ainda, que, as associações apresentam uma certa incapacidade em termos financeiros e técnicos que lhes impedem de fazer uma implementação eficiente das políticas do estado. Assim, a participação das associações ainda é muito fraca devido ao facto delas não serem envolvidas nos processos de formulação, elaboração e implementação de políticas públicas.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento, Desenvolvimento Local, Participação Popular e Políticas públicas.

## **ABSTRACT**

The present study entitled “The Role of the Associations in the implementation process of public policies for local development: the Paúl County Associations”, focus predominantly on analyzing the role of community associations in the implementation of public policies for the development of the County of Paúl in the island of Santo Antão, confining on the objectives of the Millennium development.

In this framework, the participation of three associations consisting of a ONG and two local entities, the Municipality of Paul (CMP) and the Regional Partner Commission (CRP).

The result shows that the associations work in partnership with the Municipality and the CRP essentially on the implementation of the objective I and VII of the Millenium. It also discloses a certain financial and technical incapacity of the associations which prevent them from doing an efficient implementation of the state policies. Hence, the involvement of the associations is still very weak the fact of them not being involved in the process of formulation, elaboration and implementation of public policies.

**Keywords:** Development, Local Development, Popular Participation and Public policies.

## **LISTA DE SIGLAS**

**ACD** - Associação Comunitária de Desenvolvimento;

**AJCJ** - Associação Jovens Criadores de Janela;

**AF**- Associação de Fajã de janela;

**ADP**- Associação de Desenvolvimento de Penedo Janela;

**AMIPAUL** – Liga dos Amigos do Paul;

**ACDI/VOCA** -Agriculture Cooperative Development International /Volunteers Overseas Cooperative Assistance;

**APD**- Ajuda pública ao desenvolvimento;

**AGR**- Actividade Geradora de Rendimento;

**ANSA**- Agencia Nacional de Segurança Alimentar;

**AIDI**- Atenção a Doenças de Infância;

**AIMS**- Atenção Integrado da Saúde da Mulher;

**CRVC** – Constituição da Republica de Cabo Verde;

**CRP-SA** – Comissão Regional de Parceiros d Santo Antão;

**CMP**- Camara Municipal do Paul;

**CBTA** - Community Based Technical Assistance.

**CONU**- Cuidados Obstétricos e Neo-natais de Urgência;

**DECRP**-Documento Estratégico e Redução da Pobreza;

**DGASP**- Direcção Geral de Agricultura, Silvicultura Pecuária;



**ENSA-** Estratégia Nacional de Segurança Alimentar;

**EBI-** Ensino Básico Integrado;

**QUIBB-** Questionário Unificado para os Indicadores Básicos do Bem- Estar.

**ODM-** Objectivo Desenvolvimento do Milénio;

**ONU-** Organização das Nações Unidas;

**OMCV-** Organização das Mulheres Cabo-verdiana;

**OADISA-** Organização das Associações Integrado de Santo Antão;

**OAF-** Organização das associações do Fogo;

**OASIS** – Organização das Associações de Agricultores, Silvicultores, e Pecuário da Ilha de Santiago;

**ONG's** - Organizações não-governamentais;

**OCB's** – Organizações Comunitárias de Base.

**IA-** Insegurança Alimentar;

**ISVAF-**Inquérito Sobre a Vulnerabilidade das Famílias nas Zonas Rurais;

**IDRS-**Inquérito Demográfico e de Saúde Reprodutiva;

**ICIEG-** Instituto Cabo-verdiana para Igualdade e Equidade Género;

**INC-** Instituto Nacional de Apoio as Cooperativas;

**IEC-** Informação Educação e Comunicação;

**ICS-** Instituto Nacional de Solidariedade;

**INE** - Instituto Nacional de Estatística;

**IEFP**- Instituto Emprego e Formação Profissional;

**FAIMO**- Frente de Alta Intensidade de Mão- de- Obra;

**FIDA**- Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola;

**GEF**- Global Environmental Fund;

**MED**- Ministério da Educação e Desporto;

**MAHOT**- Ministério do Ambiente Habitação e Ordenamento do Território;

**MJEDRH**- Ministério de Juventude Emprego e Desenvolvimento Humano;

**PNSA**- Programa Nacional de Segurança Alimentar;

**PMIEG**- Plano Municipal para Igualdade e Equidade de Género;

**PNVBG**- Plano Nacional de Combate a Violência Baseado no Género;

**PAV**- Programa Alargado de Vacinação;

**PA**- Plano de Acção;

**PNLP**- Plano Nacional de luta Contra a Pobreza;

**PLPR**- Plano Nacional de Luta Contra a Pobreza no Meio Rural;

**PEID'S**- Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento;

**PIB**- Produto Interno Bruto;

**TPS**- Trabalhadores Profissionais de Sexo;

**UDI**- Utilização de Drogas Intravenenosos;

**VBG**- Violência Baseado no Género;

## Índice

DEDICATORIA .....	iii
AGRADECIMENTOS.....	iv
ABSTRACT .....	vi
LISTA DE SIGLAS .....	vii
ÍNDICE DE QUADROS.....	xii
INTRODUÇÃO .....	1
1.1. Justificativa.....	2
1.2. Delimitação do tema.....	4
1.3. Pergunta de Partida.....	5
1.4. Objectivos.....	5
2. Hipóteses do Trabalho.....	6
3. Procedimentos Metodológicos .....	6
CAPITULO I- FUNDAMENTACAO TEORICA E CONCEPTUAL.....	8
1. Desenvolvimento.....	8
2. Desenvolvimento Local .....	11
3. Políticas públicas.....	13
4. Participação Popular.....	15
CAPITULO II- CABO VERDE E O CUMPRIMENTO DOS OBJECTIVOS DO DESENVOLVIMENTO DO MILÉNIO.....	17
1. Objectivos do Milénio e os respectivos progressos. ....	18
CAPITULO III- ASSOCIATIVISMO NA ILHA DE SANTO ANTÃO .....	36

1. Caracterização da área de Estudo- Concelho do Paul .....	36
2. Origem e evolução .....	37
3. Enquadramento legal das associações.....	39
4. O associativismo em Santo Antão.....	39
5. Associativismo no Concelho do Paul.....	40
CAPITULO IV- APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS .....	41
1. Descrição das associações em estudo .....	41
1.1. Estrutura das Associações .....	41
1.2. Áreas de actuação, projectos implementados e em curso.....	43
1.3. Fonte de financiamento das associações e a ONG Ami Paul .....	44
2. Percepção dos líderes das AC, da C.M e CRP .....	45
3. Participação das associações na implementação dos objectivos do milénio.....	48
4. Diagnóstico da gestão das Associações de desenvolvimento local em estudo .....	54
4.1. Análise SWOT/FOFA.....	54
CONCLUSÃO .....	56
BIBLIOGRAFIA.....	59
ANEXO .....	64

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro1: Objectivo I- Reduzir a Pobreza Extrema e a Fome.....	51
Quadro2: Objectivo II-Assegurar a Educação Primária e universal.....	52
Quadro 3: Objectivo III - Promover a Igualdade entre os Sexos e a Emancipação das Mulheres.....	52
Quadro 4: Objectivo IV- Reduzir a Mortalidade de Crianças Menores de 5 Anos8.....	53
Quadro 5: Objectivo V-Melhorar a Saúde Materna.....	53
Quadro 6: Objectivo VI - Combater o VIH/SIDA, a Malária e Outras Doenças.....	54
Quadro7:Objectivo VII - Assegurar um Ambiente Sustentável: Biodiversidade, Abastecimento de Água e Habitação para os Pobres.....	55
Quadro 8: Objectivo VIII-Desenvolver uma Parceria para o Desenvolvimento.....	56

## INTRODUÇÃO

A presente monografia intitula-se “O Papel das Associações no Processo de Implementação das Políticas Públicas para o Desenvolvimento Local: caso das Associações do Concelho do Paul” e enquadra-se no âmbito do programa do curso para a obtenção do grau de licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais, ministrado na Universidade do Mindelo, em São Vicente, Cabo Verde.

As associações podem desempenhar uma papel importante no desenvolvimento do concelho de Paul, quicá na fixação da população que tem vindo abandonar o concelho emigrando para outros concelhos do país e para o estrangeiro, por falta de alternativas, pois trata-se de um concelho que apresenta a maior taxa de desemprego da ilha de Santo Antão (21,3%) e um dos maiores a nível nacional, tornando num dos concelhos mais pobre do país.

O processo das Políticas Públicas numa sociedade democrática é extremamente dinâmico e conta com a participação de diversos atores em vários níveis. É neste contexto que aparecem as associações de desenvolvimento comunitárias com a ambição de fortalecer e consolidar a sociedade civil, assumindo a função de representantes dos interesses e das necessidades das comunidades, bem como executores de processos de desenvolvimento, cuja actuação assenta numa lógica participativa e democrática.

No entanto, muitos países em desenvolvimento e de democracia recente ou recém-democratizados ainda não conseguiram formar alianças políticas capazes de equacionar minimamente a questão de como desenhar políticas públicas capazes de impulsionar o desenvolvimento económico, social e político, pois elas dependem de muitos factores externos e internos.

De referir que Cabo Verde devido a razões de várias ordens, ligado á evolução como país independente, foi forçado desde de cedo criar grupos sociais de solidariedade e de ajuda-

mútua, muitas vezes, com base num elevado grau de informalidade e sazonalidade, para solucionarem problemas das comunidades.

Também deve-se ressaltar, que após a independência em 1975, verificou-se uma proliferação de cooperativas de consumo que mais tarde foram-se desaparecendo dando lugar a outras formas de organização do terceiro sector como as associações comunitárias, fundações etc. Perante a situação acima descrita, criou-se uma certa curiosidade em estudar este assunto, por forma a conhecer o grau de participação das associações no processo de elaboração e implementação das políticas públicas de desenvolvimento local em Santo Antão, o caso específico do concelho do Paul.

O trabalho, se estrutura em quatro (4) capítulos específicos, sendo que no primeiro capítulo centra-se na fundamentação teórica e conceptual em que abordaremos os seguintes conceitos: Desenvolvimento, Desenvolvimento Local, Políticas Públicas e Participação Popular. No segundo capítulo pretende-se demonstrar a situação de Cabo Verde perante o cumprimento da implementação dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, e os seus respectivos sucessos. No terceiro capítulo faz-se uma demonstração do perfil do associativismo na ilha de Santo Antão, a sua origem, evolução, o seu respectivo enquadramento legal e jurídico. O quarto capítulo objectiva-se apresentar a análise e interpretação dos dados recolhidos através das entrevistas. Por ultimo uma conclusão mostrando o cumprimento dos objectivos estipulados no trabalho e algumas recomendações possíveis de ser adoptadas pelas associações.

## **1.1. Justificativa**

A escolha deste tema deve-se em primeiro lugar ao facto de haver um reconhecimento de que, a sustentabilidade do desenvolvimento é garantida pelo envolvimento de todos os segmentos da sociedade e que essa participação política por via de organizações do terceiro

sector na formulação e implementação das Políticas Públicas, potencia a consolidação da democrática.

Nesta lógica de ideia o Governo tem vindo a fazer várias reformas no sector público no sentido de garantir o respeito pelos princípios de transparência no processo de formulação e implementação das políticas públicas, garantindo assim a governação participativa baseada na promoção da cidadania, transparência, abertura e maior capacidade de prover serviços públicos de qualidade às comunidades.

Mas, constata-se que ainda o Concelho do Paul apresenta fragilidades de várias ordens, nomeadamente violência baseada no género, gravidez precoce, alto grau de consumo de álcool principalmente nos jovens, alta taxa de desemprego sendo cerca 13,74% da população activa. Regista-se ainda, uma taxa considerável de abandono escolar principalmente no ensino secundário que se situa em torno de 19,99% e outros ligado a saúde e criminalidade.

Logo presume-se que estas fragilidades poderão dificultar a participação política efectiva da sua população no processo de elaboração e implementação de políticas públicas ou seja poderão limitar o exercício pleno do papel da sociedade civil em agir como vigilante em relação às acções levadas a cabo pela administração pública, exigindo a garantia dos direitos dos cidadãos e eficiência na implementação das políticas.

Assim, justifica-se um estudo desta natureza no sentido de conhecer as actividades levadas a cabo pelas associações para minimizar as fragilidades desse concelho e a sua contribuição na implementação das políticas públicas delineadas nos instrumentos de gestão do Estado, principalmente no cumprimento dos objectivos do Milénio.

Portanto é pertinente este estudo pois, ambiciona-se, com os resultados desta pesquisa, produzir uma base de análise que poderá ser aproveitada tanto para as associações avaliarem a eficácia, eficiência e pertinência das suas actuações e reflectirem sobre as suas



estratégias de intervenção e implementação das suas acções nas comunidades bem como formas de financiar os seus orçamentos. Tanto para o Estado que, através desta base de análise poderá avaliar a eficiência do terceiro sector, analisar as formas de cooperação que tem vindo a estabelecer com as associações.

E como não poderia deixar de ser é importante também no seio da comunidade científica e académica pois, espera-se que essa base de informação e análise despertará atenção dos pesquisadores para elaborarem outros estudos ligados ao desenvolvimento, descentralização e regionalização.

## **1.2. Delimitação do tema**

Cabo Verde possui cerca de 600 Associações distribuídas nas nove ilhas habitadas cada uma com as suas especificidades pelo que seria interessante abarcar todas elas pois com certeza obter-se-ia uma base de informações diferenciada e rica.

Mas isso implicaria adoptar um horizonte muito distante e a um custo elevado, pois, sendo Cabo Verde um território insular, separados por mar os custos de deslocação e estadia seriam elevados.

Neste sentido optou-se por escolher a Ilha de Santo Antão onde a pesquisa foi centralizada no concelho do Paúl, e o objecto de estudo foi delimitado às Associações Comunitárias de Desenvolvimento (ACD), que visam promover o desenvolvimento das comunidades.

Também entre os vários instrumentos de gestão que o Governo tem na sua agenda de políticas públicas optou-se em trabalhar com os objectivos de desenvolvimento do milénio, pois trata-se de um documento completo que resume todos os critérios de desenvolvimento em todas as suas vertentes.

A escolha da área de estudo deve-se ao facto de que apesar de existir muitos actores intervenientes no processo desenvolvimento do Concelho do Paul nomeadamente, a Camara Municipal e cerca de 23 organizações do terceiro sector, este continua a ser

considerado como um dos Concelhos mais pobre do país, pois segundo o relatório ANMCV cerca de 54,10% da população vive na pobreza, ou seja tem consumo em valor inferior a 590 Dólares por ano.

Quanto ao período considerou-se o adoptado para implementação dos objectivos do Milénio, mas somente até 2014.

### **1.3. Pergunta de Partida**

Partindo dessas inquietações levantadas no texto, a presente monografia procurou responder a seguinte situação-problema: Qual o Papel das Associações Comunitárias no Processo de Implementação das Políticas Públicas para o Desenvolvimento Local?

### **1.4. Objectivos**

#### **Objectivo Geral:**

Perante a situação acima descrita, pretende-se com este estudo, identificar e compreender qual tem sido o papel das associações comunitárias na implementação das políticas públicas para o desenvolvimento local do Concelho do Paul na Ilha de Santo Antão.

#### **Objectivos Específicos:**

- Analisar a forma como se encontra estruturada, organizada e o funcionamento das associações comunitárias.
- Conhecer e analisar as relações existente entre as associações comunitárias e outros agente intervenientes desenvolvimento local do Concelho do Paul.
- Conhecer e avaliar as estratégias e os planos de acção das associações para promover o desenvolvimento local.
- Identificar e avaliar as acções feitas pelas associações que enquadram dentro dos ODM.

## **2. Hipóteses do Trabalho**

Na pesquisa científica, a função da hipótese, é orientar a busca de informações e essencialmente de propor explicações para certos fenómenos. E assim, no final do trabalho pode-se comprova-los ou rejeita-los. Assim, para o presente trabalho consideramos as seguintes hipóteses de trabalho:

- **H<sub>1</sub>**: As Associações de desenvolvimento do concelho do Paul contribuem integralmente para implementação dos Objectivos do Milénio;
- **H<sub>2</sub>**: A fraca capacidade institucional das Associações de desenvolvimento do concelho do Paul, influencia negativamente na participação destas no processo de formulação, implementação e monitorização das políticas públicas.

## **3. Procedimentos Metodológicos**

Para a elaboração do presente estudo privilegiou-se numa primeira etapa o método qualitativo, pelo que, recorreu-se a uma vasta pesquisa bibliográfica numa perspectiva interdisciplinar, utilizando livros, dissertações, teses de mestrados, artigos, dados estatísticos do INE, sites, entre outros documentos sobre a temática em estudo.

Esses dados secundários revelaram-se extremamente úteis porque permitiu um maior conhecimento e familiarização com os principais conceitos chave desenvolvidos durante a monografia.

Numa segunda etapa, fez-se o uso da pesquisa exploratória ou seja um levantamento de dados de terreno sobre o tema em estudo por forma a obter informações necessárias que permitissem fazer uma análise da participação das associações na implementação das políticas públicas.

Para recolher os dados primários foram utilizadas como instrumento de recolha de dados entrevistas formais abertas, que possibilitaram a recolha de informações pertinentes e muito enriquecedoras para o presente estudo. Foram considerados como sujeitos da

pesquisa os Presidentes das Associações do Concelho do Paul, a Câmara Municipal do Paul e a Comissão Regional de Parceiro de Santo Antão.

Portanto verificou-se que num Universo de 23 Associações existente no Concelho do Paul somente quatro e uma ONG encontram-se em actividade. Após uma primeira abordagem constatou-se que muitos estão inactivos a ideia inicial era de aplicar as entrevistas em todas essas associações mas devido ao insucesso nos contactos, a nossa amostra viu-se resumida em três, nomeadamente a Associação Jovens Criadores de Janela (AJCJ), Associação Fajã de Janela, Associação para o Desenvolvimento de Penedo de Janela (ADP) e a ONG Ami-Paul. O mesmo guião de entrevista foi aplicado á Câmara Municipal de Paul e á Comissão Regional de Parceiro de Santo Antão. (CRP-SA)

Fez-se uma pesquisa exploratória e uma análise de documentos fornecidos pela plataforma das ONGs e pela Comissão Regional de Parceiro de Santo Antão, pelo que foram retiradas informações importantes que ajudaram a conhecer e compreender melhor os objectivos e estratégias de acção das Associações comunitárias.

Para proceder uma análise sobre a situação das associações de desenvolvimento local em estudo foi utilizado o modelo de análise SWOT que é uma ferramenta que possibilite a percepção de características do ambiente interno e externo das organizações e associações.

## **CAPITULO I- FUNDAMENTACAO TEORICA E CONCEPTUAL**

Para uma melhor compreensão das temáticas centrais deste estudo, procurou-se, clarificar teoricamente os termos e conceitos que cruzaram de forma mais marcante esta reflexão pelo que, neste capítulo aborda-se essencialmente, os conceitos de Desenvolvimento, Desenvolvimento Local, Políticas Públicas e Participação Popular.

### **1.Desenvolvimento**

O presente trabalho trata-se principalmente da questão do desenvolvimento local mas achou-se pertinente abordar o conceito de desenvolvimento.

Segundo Muraleedharan, 2005 (cit in. Mauvilo, 2011) “para se chegar na questão fundamental sobre desenvolvimento local, precisa-se entrar em outras áreas do conhecimento que se relacionam com estratégias para a promoção do desenvolvimento”.

Antes dos anos 40, o conceito de desenvolvimento era ligado às áreas de biologia, arquitectura, urbanismo e outras.

Por exemplo em ciências biológicas o termo “desenvolvimento” foi empregado para referenciar a evolução, um processo através do qual organismos alcançam seu potencial genético.

Ainda a nível da ecologia este termo foi usado no sentido de indicar avanço, melhoria e progresso.

Este termo a partir dos anos 40 ganha enfoque económico e foi por muito tempo considerado um fenómeno puramente económico e/ou acumulação de capital, ou seja um critério de desenvolvimento nacional que era mensurado quantitativamente através do Produto Interno Bruto (PIB), com a premissa de que um aumento do PIB levaria o desenvolvimento de uma nação.

Para Souza (1993), quando se fala em desenvolvimento deve-se ter em conta duas correntes de pensamento económico sobre o tema: a primeira corrente que objectiva o crescimento

como sinónimo de desenvolvimento e a segunda que retrata o crescimento como sendo condição indispensável para o desenvolvimento embora não suficiente.

Na primeira corrente estão inseridos os modelos de crescimento da tradição clássica e neoclássica, como os de Harrod e Domar e na segunda corrente os economistas, tais como o Raul Prebisch e Celso Furtado, que avalia o crescimento como uma simples variação quantitativa do produto e o desenvolvimento como mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, nas instituições e nas estruturas produtivas.

Segundo Reis (2000), a década de 50 à 60, ficou marcada pelas teorias desenvolvimentistas, assentes no pensamento económico clássico e apoiadas na segurança de que o crescimento económico era ilimitado, onde a acumulação do capital era vista como o motor de crescimento e, naturalmente do desenvolvimento económico.

Logo a procura excessiva pela industrialização e pelo desenvolvimento económico levou a maioria dos países do mundo a centralizar seus esforços em políticas de promoção do crescimento do PIB, deixando a qualidade de vida em segundo plano, e consequentemente graves danos para a humanidade.

Na década de 70 foram geradas novas teorias centralizadas na articulação entre o económico e o social, em que se baseavam nas necessidades básicas da população através da adopção de tecnologias que favoreciam o emprego e políticas de redistribuição de rendimentos, pelo que acredita-se que foi durante essa época que surgiu a distinção entre os conceitos de desenvolvimento e crescimento.

Já década de 90, foi incorporado e priorizado o conceito de desenvolvimento humano com uma preocupação focalizada na qualidade de vida ou seja a abordagem desse tema ganhou novos contornos e outras dimensões, com o incremento do conceito de desenvolvimento Humano que foi publicado, pela primeira vez, em 1990, no Relatório do Desenvolvimento Humano (RDH), sob protecção de dois economista, Mahbub Ul Haq e Amartya .

Nas palavras proferidas pelo Kofi Annan, então Secretário-Geral das Nações Unidas:

*[...]o direito ao desenvolvimento é a medida do respeito por todos os outros direitos humanos, e este deveria ser o nosso objectivo: uma situação em que todos os indivíduos podem maximizar o seu potencial, e contribuir para a evolução da sociedade como um todo[...]* BARATA, (2010)

Deve-se ressaltar que durante o período da Segunda Guerra Mundial foi criado pela Organização das Nações Unidas, uma série de programas e organismos específicos com a finalidade de ajudar os países a tratar dos problemas económicos e sociais de modo a manter o equilíbrio mundial.

Das quais destaca-se o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, (BIRD), o Acordo Geral de Tarifas e Comércio, o Programa das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, o Programa para a Educação, Ciência e Cultura, Organização Mundial de Saúde, o Organização Internacional do Trabalho, cada um com as suas funções definidas e com o objectivo central de alcançar o desenvolvimento dos países.

Após, a globalização os problemas agravaram-se para os países principalmente os subdesenvolvidos pois, muitos tentaram transferir um modelo de desenvolvimento de um país para outro mas não funcionou, tendo em conta a especificidade de cada país e isso impulsionou a comunidade internacional a desenvolver o conceito de desenvolvimento local.

Actualmente acredita-se que o desenvolvimento não se diz respeito somente ao aspecto económico de produção de riqueza, mas também à distribuição desta, pelo que apresenta-se um carácter mais abrangente, pois exprime o estágio económico, social e político de uma comunidade.

Ainda segundo Reis (2000), Desenvolvimento é um conceito ainda não estabilizado que apresenta uma dimensão multidisciplinar, sempre inacabado e em permanente desconstrução/reconstrução ou ainda controversa.

Nas palavras de Batista (2002), “o desenvolvimento é entendida como um processo complexo de mudanças de ordem económica, política, humana e social”.

Amaro 2006 (cit.in Monteiro 2009) afirma que na tentativa de renovação do conceito de desenvolvimento, hoje surgiram inúmeras designações, às quais ele destaca seis:

- Desenvolvimento Sustentável
- Desenvolvimento Local
- Desenvolvimento Participativo
- Desenvolvimento Humano
- Desenvolvimento Social
- Desenvolvimento Integrado

Assim, percebe-se que o desenvolvimento esta relacionado com as iniciativas inovadoras e a mobilização da comunidade relacionando as potencialidades com as condições dadas pelo contexto.

*[...]desenvolver é ter a habilidade de aproveitar todos os recursos existentes e os potenciais dentro da própria comunidade para que as instituições sociais, tais como os ONG's e as associações comunitárias, possam juntamente com a comunidade local desenvolver planos, programas e projectos de desenvolvimento comunitário[...]*MORENO (2012),

## **2.Desenvolvimiento Local**

O conceito de Desenvolvimento Local centraliza o seu enfoque no território, nas Comunidades locais e nas suas capacidades de iniciativa.

Segundo Reis (2000) existem algumas condições pelas quais se deve orientar o desenvolvimento local. Essas condições resumem-se em existência de limiares de densidade, de instituição de sistemas de inter-relações locais, de desenvolvimento de



culturas técnicas e institucionais, de capacidade de negociação colectiva e de aumentar os seus níveis de auto confiança e organização.

Deve-se frisar que foi a partir dos anos 70 que o conceito de desenvolvimento local, ganhou maior expressão, ligando o seu surgimento com a necessidade de expressar as insatisfações produzidas pelo desenvolvimento racional.

Percebe-se que o desenvolvimento local é um conceito baseado no protagonismo da sociedade local, pelo que o seu surgimento advém do descontentamento com a implementação de projectos de desenvolvimento centralizados apenas no crescimento económico e no avanço tecnológico, os quais elevaram a desigualdade social a nível mundial.

A partir dos anos 80, verificou-se uma intensificação de debates a cerca das possibilidades de gestão local do desenvolvimento. Esses debates foram impulsionados principalmente pela crise fiscal nos Estados e pelos processos de descentralização.

Hoje, a prática do desenvolvimento local tem por base a ideia de se potenciar a mobilização dos recursos endógenos ou recursos localmente disponíveis.

O termo desenvolvimento local foi definido como sendo:

*[...] um processo que ocorre na comunidade local, onde o agente desse desenvolvimento é a própria comunidade. Assim ela é vista como a responsável pela satisfação das suas necessidades e melhoria das condições de vida [...]*  
MONTEIRO (2009)

Na visão de Buarque (1999), o desenvolvimento local é um processo endógeno assinalado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo económico e a melhoria da qualidade de vida da população.

Entretanto o Franco (2000), define o desenvolvimento local como sendo um modo de promover o desenvolvimento que leva em conta o papel de todos esses factores para tornar

dinâmicas as potencialidades que podem ser identificadas quando olhamos para uma unidade sócio-territorial delimitada.

Esses dois autores divergem no conceito de desenvolvimento local, pois enquanto Buarque trata o desenvolvimento local como um processo endógeno o Franco vê o desenvolvimento local como uma metodologia de promoção de desenvolvimento.

Outra definição que expõe o desenvolvimento local como sendo:

*[...]Um processo plural que integra as componentes económica, social, cultural, ambiental e política. Mas essa pluralidade só poderá materializar-se através de uma actuação ao nível de cada território, onde vivem os actores e destinatários do desenvolvimento, estimulando as suas capacidades criadoras e empreendedora [...] BRÁS, (2000)*

Segundo Reis (2010), o conceito de desenvolvimento local é entendida como uma actividade que valoriza os recursos locais e se orientam para a satisfação das necessidades da população local com a garantia para as gerações futuras da preservação dos recursos ambientais.

Pelo exposto pressupõe-se que deverá haver uma articulação e envolvimento de todos os actores da sociedade civil e do Estado na formulação, implementação e monitorização das políticas publicas por forma a garantir a eficiência e eficácia das mesmas.

### **3. Políticas públicas**

O conceito de Politicas Públicas pode ser definido como sendo:

*“As Políticas Públicas como um campo dentro do estudo da política, analisa o governo à luz de grandes questões públicas MEAD, 1995, que produzem efeitos específicos Lynn, 1980 e que agem directamente ou através de delegação influenciando a vida dos cidadãos Peters 1986”. SOUZA (2006)*

Realça-nos ainda que a área de Políticas Públicas possui como fundadores Laswell, Simon, Lindblom e Eastone.

Laswell (1936), introduziu a expressão *policy analysis* (análise de política pública) e conciliou o conhecimento científico e académico com a produção empírica dos governos e dos grupos de interesse da sociedade civil.

Simon (1957), introduziu o conceito de racionalidade limitada dos decisores públicos (*policy makers*), argumentando que a limitação da racionalidade poderia ser minimizada pelo conhecimento racional.

Lindblom (1959), questionou a ênfase no racionalismo de Laswell e Simon e propôs a incorporação de outras variáveis para formulação e análise de políticas públicas, tais como as relações de poder e a integração entre as diferentes fases do processo decisório.

Easton (1965), definiu a política pública como um sistema, ou seja, como uma relação entre formulação, resultados e o ambiente. Segundo ele, “políticas públicas recebem inputs dos partidos, da média e dos grupos de interesse, que influenciam seus resultados e efeitos” (idem)

Entretanto Sebrae MG (2008), explica que no século XVIII e XIX, os principais objectivos dos Estados eram a segurança pública e a defesa externa em caso de ataque inimigo, excluindo de uma certa forma outros componentes essenciais do bem-estar social.

A partir dessa época passaram a considerar as Políticas Públicas como sendo uma totalidade de acções, metas e planos que os governos nacionais traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público, e essas são definidas no Poder Legislativo, o que insere os Parlamentares vereadores e deputados nesse processo.

Defendem que no processo de discussão, criação e execução das Políticas Públicas, encontramos necessariamente dois tipos de atores: os estatais procedentes do Governo ou do Estado e os privados, oriundos da Sociedade Civil de entre eles encontramos as imprensas; os centros de pesquisa; os grupos de pressão, os grupos de interesse, as

associações da Sociedade Civil Organizada, as entidades de representação empresarial, os sindicatos patronais, os sindicatos de trabalhadores entre outros.

A política pública dentro da democracia é sempre um processo decisório que vai envolver conflitos de interesse, pois a sociedade é composta por diferentes segmentos políticos, cada um com as suas visões e ideologias e encontram-se sempre em situações de debates sobre a acção do estado e do governo.

Percebe-se hoje que o conceito da política publica não considera o público como simples sinonimo de gestão governamental pois vai desde do governo até a sociedade civil passando pelos diferentes segmentos das organizações do chamado terceiro sector, já referidas mais acima no texto.

Segundo Pasquino (2010) por um lado, as políticas públicas podem ser entendidas como respostas das actividades desenvolvidas pelos governantes no que diz respeito ao bem-estar social e por outro lado, pode ser também percebida como uma tentativa antecipada para neutralizar eventuais exigências da sociedade que no futuro podem revelar-se mais complicadas.

Para implementar as políticas públicas a nível local é importante analisar ou diagnosticar as necessidades da comunidade e seleccionar o tipo de política pública mais adequada aos problemas identificados.

#### **4.Participação Popular**

Segundo Amaral (2006), “a participação popular é a soberania do povo em acção, ou seja é o verdadeiro exercício do poder político pelo seu titular”.

Segundo o mesmo autor foi após a segunda guerra mundial que a participação popular ganhou uma grande relevância, no ano de 1948, em que os Estados proclamarem em Assembleia Geral a Declaração Universal dos Direitos do Homem, consignaram que “Todo

o homem tem o direito de tomar parte no governo de seu país directamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos”.

Na visão de PNUD 1997 (cit.in Amaral 2006),a participação pode ser explicada de duas formas diferentes:

“A participação como um meio é um processo onde está patente a cooperação e colaboração entre os indivíduos nas iniciativas de desenvolvimento.”

“A participação como um fim manifesta-se através do empowerment das pessoas relativamente à aquisição de competências e assunção de responsabilidades no seu processo de desenvolvimento”.

Na visão de Silva 2002 (cit.in, Amaral

*[...] a participação popular pode se manifestar tanto pela via indirecta através do sufrágio universal, elegendo pelo voto os representantes para em nome do povo exercerem o poder político, como pela via directa, participação activa no exercício do poder caracterizando, respectivamente, a democracia representativa e a democracia participativa. ”*

Para Monteiro, 2008 (cit.in Carvalho 2010)

*“[...]Participação é um processo em que os indivíduos e instituições têm interesse legal em exercer influência, participam na tomada de decisões e nas iniciativas de desenvolvimento, defende ainda que o conceito de participação tem dimensões económicas, financeiras, sociais, políticas e culturais”.*

## **CAPITULO II- CABO VERDE E O CUMPRIMENTO DOS OBJECTIVOS DO DESENVOLVIMENTO DO MILÉNIO**

Pretendemos demonstrar ao longo desse capítulo a situação de Cabo Verde perante o cumprimento da implementação dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, e os seus respectivos sucessos.

Em Setembro de 2000, Organização das Nações Unidas (ONU), promoveu a Assembleia do Milénio, que contou com um total de 189 países-membros, incluindo 147 Chefes de Estado que durante o evento comprometeram a intensificar esforços em soluções para o desenvolvimento global, pelo que foi elaborado e aprovado a Declaração do Milénio.

Essa declaração identifica os desafios capitais enfrentados pela humanidade no limiar do novo milénio, delineia respostas a esses desafios e estabelece medidas concretas para medir o desempenho.

Essa Declaração deu origem a uma serie de objectivos, conhecidos por Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), que constituem de um conjunto de desejos sociais, objetivos, metas e indicadores de desenvolvimento, 2015 com um limite temporal de 2000 até 2015, que se resumem nos seguintes pontos:

1. Erradicar a extrema pobreza e a fome.
2. Atingir o ensino básico universal.
3. Promover a igualdade de género e a autonomia das mulheres.
4. Reduzir a mortalidade infantil.
5. Melhorar a saúde materna.
6. Combater o HIV/SIDA, a malária e outras doenças.
7. Garantir a sustentabilidade ambiental.
8. Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.

Assim para atingir esses objetivos, a ONU delineou um total de 18 metas monitorizadas por 48 indicadores e cada país deve servir-se de suas capacidades para monitorá-los.

Como não poderia deixar de ser, Cabo Verde abraçou e aceitou o desafio lançado pela ONU, e desde então tem vindo a desenvolver e implementar um conjunto de acções estratégicas que visam o cumprimento dos ODM.

Cabo Verde tem vindo a elaborar os relatórios que avaliam os progressos feitos para alcançar os OMD, pelo que passa-se a apresentar uma síntese dos resultados atingidos pelo Cabo Verde.

## **1.Objectivos do Milénio e os respectivos progressos.**

### **Objectivo I: Reduzir a Pobreza Extrema e a Fome**

- Meta 1: Reduzir para metade a proporção da população que vive na pobreza extrema entre 1990 e 2015.
- Meta 2: Reduzir para metade, entre 1990 e 2015, a população em situação de insegurança alimentar
- Indicador  
Percentagem da população a viver abaixo do limiar da pobreza Percentagem de crianças menores de 5 anos com mal nutrição.  
Percentagem da população com insuficiência calórica.

Fonte: Relatório do ODM (2009-2010)

### **Progressos realizados param o cumprimento do primeiro Objectivo do desenvolvimento do milénio.**

O combate à pobreza é uma das grandes lutas que o país vem enfrentando e desde da independência em 1975 os governos tem vindo a elaborar estratégias de redução a pobreza em que as abordagens iniciais foram através de planos nacionais de desenvolvimento.

O Governo tem vindo a servir de vários instrumentos para reduzir o índice de pobreza, nomeadamente o Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza, criado em 1987, Grandes Opções do Plano em 2002 e o Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza (DECRP) a partir do ano de 2004.

Em Cabo Verde a pobreza atinge com maior incidência a população do meio rural e atinge em particular as famílias chefiadas por mulheres (33% contra 21% das famílias chefiadas por homens). De acordo com o QUIBB (2007), a percentagem da população que vivia abaixo do limiar da pobreza era de 26,6%. No entanto dados do INE apontam que em 2002 a dimensão da população pobre era estimada em 36,7%.

Também os resultados do inquérito sobre “Melhorias nas Condições de Vida dos cabo-verdianos”, elaborado pelo INE em 2008, apontam que 42,9% dos agregados tem acesso à água com origem na rede pública contra 24,1% em 2000 e que o abastecimento de água via chafarizes/cisterna vem diminuindo tendo passado de 48% em 2000 para 38% em 2008. Avança ainda que a utilização do gás butano na preparação de alimentos aumentou entre 2006 e 2008 de 53,5% para 56,0%.

Quando a ajuda pública ao desenvolvimento, ressalta-se que as modalidades de ajuda mudaram e verifica-se um forte diminuição da ajuda alimentar e um aumento da ajuda orçamental, portanto as doações têm vindo a diminuir ao longo do tempo dando lugar a empréstimos, pois passou de 80% nos anos 1990 para 58% em 2005 e cerca de 40% em 2010. Enquanto a ajuda pública ao desenvolvimento não diminuiu tendo passado de 10.999,5 milhões de escudos em 2005 para 14.237,7 milhões em 2009.

Como forma de criar condições de empoderamento das famílias do meio rural o Governo alargou e reforçou o PNLP passando a cobrir mais de 95% das zonas rurais do país e direccionando as suas acções para promover actividades geradoras de rendimento (AGR), microcrédito e formação.



Quanto a situação da insegurança alimentar apesar dos avanços alcançados no domínio da segurança alimentar, ainda persiste o problema ligado a disponibilidade e a estabilidade de alimentos no mercado interno.

No que concerne ao cumprimento da meta 2, o relatório do ODM (2009-2010), indica que cerca de 20% dos agregados familiares rurais vivem em situação de insegurança alimentar e que 11% estão sob ameaça de insegurança alimentar, pode-se dizer que o total da população em situação de insegurança e em risco de insegurança alimentar é de 80.690 pessoas. Em números absolutos, cerca de 8.712 famílias que corresponde a um total 43.560 pessoas encontram-se em situação de insegurança alimentar e 7.426 famílias (37.130 pessoas) estão sob risco de insegurança alimentar.

Para combater à insegurança alimentar o Governo tem vindo a criar um conjunto de instrumentos de política de segurança alimentar, nomeadamente a Estratégia Nacional de Segurança Alimentar (ENSA2002-2015) que se encontra incorporado no documento de Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza (DECRP). O programa ENSA visa promover uma produção eficaz, variada e durável de bens alimentares (agricultura, pecuária e pesca), garantir a disponibilidade e a estabilidade dos produtos alimentares no abastecimento dos mercados centrais e periféricos, melhorar o acesso económico aos bens alimentares de base e aos serviços sociais de base, visa garantir meios de vida sustentáveis às populações e reforçar os dispositivos de prevenção e gestão das crises no quadro do sistema de segurança alimentar.

Quanto a nutrição em crianças menores de 5 anos e população com insuficiência calórica, segundo o QUIBB (2006), cerca de 14,5% das crianças menores de 5 anos sofre de malnutrição crónica e 6,4% sofre de malnutrição aguda. Entretanto a situação, tanto no meio rural como no meio urbano, melhorou no ano de 2009 em comparação com o ano de 2006, pois em 2009 as taxas de malnutrição crónica e de malnutrição aguda situava em

torno de 7,2% e 3,0% respectivamente, enquanto que em 2006 essas taxas eram de 10% e 7,5% respectivamente.

Assim segundo o relatório do ODM-CV (2009-2010), Cabo Verde encontra-se num bom caminho para atingir o primeiro objectivo do milénio em 2015.

## **Objectivo II: Assegurar a Educação Primária Universal**

- Meta 1: Proporcionar a todas as crianças os meios de finalizar o ciclo de estudos primários
- Meta 2: Reduzir para metade, entre 1990 e 2015, a população em situação de insegurança alimentar
- Indicador:
  - Taxa líquida de escolarização no ensino primário;
  - Proporção de crianças em idade escolar começando o primeiro ano de estudo no ensino primário e terminando o sexto;
  - Taxa de alfabetização dos 15 a 24 anos.

Fonte: Relatório do ODM (2009-2010)

## **Progresso alcançado para o cumprimento do segundo objectivo do desenvolvimento do milénio**

Segundo o relatório do ODM-CV (2009-2010), foram alcançados progressos importantes em matéria de escolarização da população do ensino primário e básico.

No entanto, a nível do ensino básico tem-se verificado uma diminuição progressivamente, pois no ano lectivo de 2000-2001 o número de efectivos era de 90.640 e em 2008- 2009 esse número reduziu para 73.548, com uma taxa de redução média de 2,6% ao ano.

Quando ao nível do EBI as taxas de escolarização bruta e líquida no ano lectivo 2007/08 situaram-se entre 110,1% e 91,7% respectivamente, a taxa líquida de escolarização entre meninas e rapazes, não se verifica uma grande diferenciação pois verificou-se que no ano lectivo 1990-1991 essa taxa situava em torno de 72,6% para os rapazes contra 70,4% para as raparigas e ano lectivo 2007/08 essa taxa era de 92,1% para as meninas contra 92,3% para os rapazes. O índice de paridade meninas/rapazes era de 0,93 o que significa que por cada 93 meninas escolarizadas existem 100 rapazes escolarizados.

Ainda de acordo com o mesmo relatório, pode-se verificar que em termos de aproveitamento, em 2008/2009, verificou-se uma maior proporção de aprovação de meninas (90,4%) comparativamente a rapazes (85,6%).

Quanto a taxa de alfabetização, segundo os dados do QUIBB (2006 e 2007), ela tem-se fixado em cerca de 80% com variações significativas em termos de meio de residência e de género. Entretanto a taxa de analfabetismo situa-se abaixo dos 20%, sendo mais elevada nos agregados chefiados por mulheres ( 49%) do que nos agregados chefiados por homens, que é de 23%.

Segundo o QUIBB (2007), na faixa etária dos 15-24 anos a taxa de alfabetização atinge os 96% sendo insignificante a diferença inter-género e local de residência.

Para alcançar essa meta o Governo tem vindo a investir no reforço do corpo docente, pelo que segundo os dados do QUIBB (2007), houve um aumento de docentes com formação adequada que passou de 84,6% em 2007-2008 para 89,9% em 2009-2010.

O relatório ODM-CV (2009-2010), indica que Cabo Verde tendencialmente atingirá o segundo objectivo do Desenvolvimento do milénio.

### **Objectivo III: Promover a Igualdade entre os Sexos e a Emancipação das Mulheres**

- Meta 1: Eliminar disparidades entre sexos no ensino e a todos os níveis até 2015
- Indicadores:

Rácio raparigas/rapazes no ensino primário, secundário e superior;

Taxa de alfabetização de mulheres de 15 a 24 anos em relação a homens;

Proporção de assentos ocupada por mulheres no parlamento nacional.

Fonte: Relatório do ODM (2009-2010)

### **Progresso alcançado para o cumprimento do terceiro objectivo do desenvolvimento do milénio**

Segundo o relatório ODM-CV (2009-2010), os ganhos mais relevantes relativamente a autonomia das mulheres encontram-se a nível da saúde, educação e participação no poder executivo. O mesmo relatório indica que Cabo Verde atingiu a meta da eliminação da disparidade entre os sexos no acesso ao ensino pré-escolar, básico e superior, indicando ainda que nos ensinos secundários e médio verifica-se uma preponderância das raparigas em relação aos rapazes, justificando que essa situação advém do insucesso escolar no seio dos rapazes.

Em relação ao ensino secundário, a taxa líquida de escolarização aumentou tanto entre os rapazes como entre as raparigas, mas o desequilíbrio no acesso tende a acentuar-se, em desfavor dos rapazes, ou seja os dados demonstram que aumenta o fosso entre rapazes (57,1%) e raparigas (67%) neste nível de ensino. Segundo os dados do INE, a taxa de analfabetismo em Cabo Verde, tem vindo a diminuir tanto entre as mulheres como entre os homens com mais de 15 anos (20,3% em 2006 contra 18,5% em 2009).

Entretanto a sua incidência é maior entre as mulheres (26,9% em 2006 e 24,5% em 2009) do que entre os homens (13,1% em 2006 e 11,6% em 2009). No mundo rural a proporção de mulheres analfabetas (36,3% em 2006 e 32,5% em 2009), é mais do dobro que a proporção de homens analfabetos (17,7% em 2006 e 13,1% em 2009). A incidência do analfabetismo na faixa etária 15-24 anos é baixa (3,3% em 2006 e 3,2% em 2009), e reflecte os efeitos da política de universalização do acesso ao ensino básico formal.

De acordo com o Relatório do IEF/INE de 2010 a taxa de actividade da população era de 56,3% e a taxa do desemprego de 13%, significando que no período de 2000 a 2010, a taxa de actividade aumentou perto de 16 pontos percentuais e a de desemprego diminuiu perto de 4, pontos percentuais. De acordo com esses dados a taxa de actividade aumentou tanto entre as mulheres como entre os homens, mas o aumento foi mais significativo entre os homens.

Para reduzir o desequilíbrio, o Estado de Cabo Verde elaborou o Programa Coesão Social (2010-2012) que integra o projecto Jovem e Coesão Social que leva a cabo acções específicas para mães solteiras e mulheres chefes de família, através da formação profissional como um instrumento de luta contra a pobreza, em parceria com as instituições públicas e privadas, uma outra estratégia para a promoção da empregabilidade e a redução da pobreza é implementada através da garantia do acesso das mulheres ao crédito. Com esse propósito foram disponibilizados para o período 2010-2011, perto de 42.000 USD a ser executado por ONG femininas, o DECRP (2008-2011), delineou como estratégia a promoção do empreendedorismo das mulheres e o reforço da correlação entre o sistema educativo/profissional e o mercado de trabalho.

Relativamente às categorias profissionais, a maioria das mulheres, está concentrada nos trabalhos não qualificados (31,0%), no pessoal de serviços e vendedores (28,2%) e trabalhadores qualificados da agricultura e pesca (17,4%) e nos empregos de operadores de máquinas, de instalações e montagem (1,3%).

De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas (2009- 2007) o rendimento per capita em Cabo Verde é de 3.041 USD, sendo de 4.152 USD para os homens e 2.015 USD para as mulheres.

Quanto a participação das mulheres na política e no poder público, segundo o ODM-CV (2009-2010), verificou-se que nos resultados das últimas eleições legislativas (2006), num universo de 72 deputados com assento no Parlamento, somente 11 mulheres foram eleitas 15,1%. Entretanto salienta que houve um ligeiro aumento em relação a 2001, em que foram eleitas 8 mulheres 12,5%. Também indica que em 2009 aumentou para 13 o número de mulheres no Parlamento (18,1%).

Relativamente a violência contra a mulher Cabo Verde tem vindo a elaborar instrumentos para combater essa situação, para promover a igualdade de género e reforçar a autonomia das mulheres. Em 2007, foi elaborado o Plano Nacional de Combate à Violência Baseada no Género (PNVBG), com um horizonte temporal de 2007-2011 e criado um sistema de atendimento as mulheres vítimas de Violência baseado no género.

Segundo o ODM-CV (2009-2010), as denúncias sobre violência doméstica tem vindo a diminuir, pois em 2008 representavam uma taxa de cerca de 30,3% e em 2010 essa taxa baixou para cerca de 19,3%. Entretanto registou-se, nos mesmos anos, um aumento de processos sobre pensão de alimentos e de paternidade, passou de 42,5% para 50,8% e de 6,4% para 18,2%, respectivamente.

Segundo o mesmo apesar dos progressos alcançados em matéria de igualdade entre homens e mulheres este objectivo tendencialmente não será atingido na totalidade, pois ainda persistem alguns indicadores desfavoráveis às mulheres e começam a surgir indicadores menos favoráveis aos homens.

## **Objectivo IV: Reduzir a Mortalidade de Crianças Menores de 5 Anos 8**

- Meta 1: Reduzir em dois terços, entre em 1990 e 2015, a taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos
- Indicadores:
  - Taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos;
  - Taxa de mortalidade infantil;
  - Proporção de crianças de ano vacinadas contra o sarampo;

**Fonte: Relatório do ODM (2009-2010)**

### **Progresso alcançado para o cumprimento do quarto objectivo do desenvolvimento do milénio.**

De acordo com o ODM (2009-2010), em 2010, a taxa de mortalidade infantil caiu de 57,9 por mil em 1995 para 20,1 por mil em 2009, mas a mortalidade neonatal representa ainda 68% da mortalidade infantil. Também avançou que no mesmo ano a esperança de vida foi estimada em 77 anos para mulheres e 69 anos para os homens.

É de ressaltar que a mortalidade das crianças é determinada pelas condições sanitárias, ambientais, socioeconómicas e culturais da população. A mortalidade infantil passou de 42 por mil nados vivos (IDRS 1998) para 26,2 em 2000 (RGPH, 2000) e em 2005 essa taxa situou em torno de 24,1 e continuou a descer atingindo uma taxa de cerca de 20,1 por mil em 2009, Correspondendo a uma redução de mais de metade.

Para se atingir a meta dos OMD esse indicador deve descer para 14 por mil. Também segundo o relatório da UNICEF (2011), a mortalidade infantil (caracterizada como mortes de crianças abaixo de 1 ano de vida), tem vindo a diminuir, passando de 26,2 no ano 1999 para 20,1 em 2010. Ainda indica que a mortalidade na infância (mortes de crianças menores

de 5 anos), tem vindo a diminuir, pois em 2009 centrava em torno de 31,9 em 23,7 em 2010.

Esses ganhos advém das políticas adoptadas pelo Cabo Verde, pois em termos de política de imunização, de acordo com o Ministério da Saúde, 97,6% das crianças entre 12 e 23 meses foram imunizadas com DTP3, 94% contra o Sarampo e 95,8% tomaram vacinas meningocócicas conjugadas (MCC) na prevenção de meningites e septicemia UNICEF, (2001).

Segundo o relatório ODM-CV (2009-2010), Cabo Verde vem avançando com propósito de alcançar a meta do ODM relacionado com a mortalidade infantil, e para atingir essa meta adoptou-se as seguintes medidas:

- Ultrapassar os 90% de cobertura vacinal a nível nacional dos menores de 5 anos;
- Reduzir a morbilidade e a mortalidade infantil;
- Introduzir de novas vacinas e,
- Atingir 75% de aleitamento exclusivo até 6 meses de idade.



## **Objectivo V: Melhorar a Saúde Materna**

- Meta 1: Reduzir em três quartos, entre 1990 e 2015, o índice de mortalidade materna u
- Meta 2: Alcançar, até 2015, o acesso universal à saúde reprodutiva
- Indicadores:
  - Taxa de mortalidade materna
  - Proporção de partos assistidos por pessoal de saúde qualificado
  - Taxa de prevalência contraceptiva;
  - Taxa de natalidade na adolescência;
  - Cobertura dos cuidados pré-natais (pelo menos 1 consulta e pelo menos 4 consultas);
  - Necessidade não satisfeita em matéria de planeamento familiar.

Fonte: Relatório do ODM (2009-2010)

### **Progresso alcançado para o cumprimento do quinto objectivo do desenvolvimento do milénio**

De acordo com o relatório de ODM-CV (2009-2010), verifica-se que as taxas de mortalidade materna aumentaram entre 2000 e 2009. Portanto em 1995 essa taxa foi de 69,1% pelo que a meta a atingir em 2015 será de 17,3% por 100.000 nascidos vivos

Segundo o mesmo relatório a média de mortalidade materna durante o período compreendido entre 2005 e 2009 foi de cerca de 28,9 por cem mil nascidos vivos, enquanto nos cinco anos anterior foi de 41,9 por cem mil nascidos vivos. Segundo da UNICEF (2011), a taxa de mortalidade materna em 2009 situou-se em torno de 53,7 por 100.000 nascidos vivos. Realce ainda que o número absoluto de mortes maternas para 2009 representa um aumento em relação aos anos anteriores, pulando de 2 óbitos em 2008 para 7 no último ano, com média para o período de 5 óbitos por ano.

O Governo tem vindo a implementar certas estratégias no sentido de reduzir a taxa de mortalidade materna visando a consolidação dos objectivos. Assim sendo foi implementada uma estratégia de atenção integrada à saúde da mulher (AISM) desde 2006 com base nas recomendações que visam adequar as estruturas de saúde, a capacidade técnica e a produção de instrumentos para a melhoria da prestação de cuidados integrados da saúde da mulher, ainda tem vindo a assinar protocolos dos Cuidados obstétricos e neo-natais de Urgência (CONU), em todas as estruturas vocacionadas para a prestação de cuidados de parto.

### **Objectivo VI Combater o VIH/SIDA, a Malária e Outras Doenças**

- Meta 1: Parar, até 2015, a propagação do VIH/SIDA e começar a inverter a tendência presente
- Meta 2: Atingir, até 2010, o acesso universal ao tratamento do VIH/SIDA por parte de todas as pessoas que dele necessitam
- Meta 3: Até 2015, ter controlado o paludismo e outras doenças graves e ter invertido a tendência actual
- Indicadores:

**Fonte: Relatório do ODM (2009-2010)**

De acordo com informações do relatório do ODM (2009-2010), a incidência dos casos de infecção VIH tem vindo a aumentar. Avança que em 1995 a taxa de detecção foi de 6,2% de mil habitantes, em 2000 passou para 17% mil habitantes e 2009 atinge 62,7 %. Também segundo os dados IDRS II (2005), a taxa de prevalência de VIH/ SIDA é de 0,8%, sendo por sexo de 0,4% para as mulheres e 1,1% para os homens. Adianta ainda que no meio urbano essa taxa é de 0,9% e no meio rural é de 0,6%.

A mesma fonte relata que em 2007 a taxa de prevalência de VIH/SIDA em mulheres grávidas (15-24 anos), atingiu os 0,7%. Portanto em 2009 verificou-se que 69% dos casos

se situa entre os 15 e 49 anos de idade sendo o grupo etário mais atingido o de 30-34 anos com 14,9% dos casos.

Para tal o Governo tem vindo a implementar estratégias e medidas para fazer frente a esse flagelo. Assim como forma de consolidar os objectivos do ODM, o Governo traçou as medidas seguintes:

- Apoiar as actividades das ONG's e associações reforçando-as no plano financeiro e organizacional através da participação de mediadores de saúde (ou promotores da saúde) formados; e aumentar o acesso aos serviços para os homens e mulheres mais pobres e vulneráveis à infecção pelo VIH-SIDA;
- Reforçar o comprometimento do Governo referente ao acesso universal à prevenção e ao tratamento anti-retroviral para todos os pacientes das populações mais vulneráveis;
- Reforçar as competências dos profissionais e a capacidade institucional dos serviços de saúde integrados, incluindo as ONG e Associações de Base Comunitária para uma progressão nas melhores condições e a breve prazo;
- Fortalecer o sistema de saúde qualificando os recursos humanos, adquirindo equipamento e medicamento para facilitar o acesso dos mais pobres e vulneráveis, particularmente das mulheres chefe-de-família, crianças e adolescentes em situação de rua e outros em situação de vulnerabilidade,

A luta contra o VIH/SIDA, com o apoio de todos os parceiros nacionais e internacionais, visa obter os seguintes resultados:

- 90% dos jovens entre os 15-24 anos usaram preservativo durante a sua última relação sexual com um parceiro não regular;
- 80% das mulheres grávidas têm acesso a aconselhamento e testagem para prevenção da transmissão vertical;

- 70% das doações de sangue serão provenientes de doadores regulares, voluntários e voluntárias; e
- 70% das PVVIH com doença avançada têm acesso a Tratamento Anti-retroviral.

Quando a meta 3, o Governo também tem vindo a evidenciar todos os esforços no sentido de controlar essa doença.

Entretanto segundo o relatório do ODM (2009-2010), entre 1996 e 2007 foram notificados 798 casos de paludismo todos confirmados por exame parasitológico. Mais de 75% (608) foram classificados como autóctones da ilha de Santiago. Também em 2009 verificou-se que a taxa de incidência para toda a população foi de 13 por cem mil e a taxa de mortalidade de 0,4 por cem mil.

As medidas propostas para a consolidação desse objectivo, resumem-se nos pontos seguintes:

- Tratar, de acordo com directrizes nacionais, todos (100%) os casos de paludismo confirmados nos focos activos e todos os portadores assintomáticos até 2015;
- Fortalecer o controlo do vector em todo o território, de acordo com estratos epidemiológicos;
- Fortalecer o sistema de vigilância, acompanhamento e avaliação;
- Fortalecer a gestão institucional do Programa Nacional de Luta contra a Tuberculose.

Também no que diz respeito ao combate a tuberculose o Governo espera a até 2015 inverter a tendência actual. Segundo o ODM (2009-2010), nos últimos 10 anos, a incidência da tuberculose tem-se mantido estacionária situando à volta de 60 novos casos por cem mil habitantes.

O Governo estabeleceu um leque de medidas para a consolidação dos objectivos, implementou um Plano Estratégico de Luta contra a Tuberculose cujos os objectivos específicos desejáveis é de curar pelo menos 85% dos novos casos detectados; despistar 70% dos novos casos detectados, com o intuito de atingir uma cobertura de 100%.

### **Objectivo VII Assegurar um Ambiente Sustentável: Biodiversidade, Abastecimento de Água e Habitação para os Pobres**

- Meta1: Integrar os princípios de desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e inverter a tendência actual de diminuição dos recursos naturais
- Indicadores:
  - % da população com acesso sustentável a um sistema de abastecimento de água;
  - % de terras cobertas por florestas;
  - Áreas protegidas para manter a diversidade biológica;
  - Emissão de gases com efeito de estufa.

Fonte: Relatório do ODM (2009-2010)

### **Progresso alcançado para o cumprimento do sétimo objectivo do desenvolvimento do milénio**

Garantir uma gestão ambiental sustentável é um dos maiores desafios de Cabo Verde, pois o país apresenta certas vulnerabilidades ligados a sua situação geográfica (zona do Sahel), as condições climática difícil, a seca prolongada a fraca pluviometria, a insuficiência de terra arável e erosão dos solos.

Segundo o ODM (2009-2010), o país enfrenta outros problemas ligado ao saneamento do meio ambiente, a gestão do lixo, a interligação entre a gestão dos recursos naturais e marinhos a pobreza, entre outros, a mesma fonte afirma que como forma de fazer face aos desafios ambientais actuais o Governo tem vindo a apostar no reforço das capacidades, na

promoção de actividades de investimento, na protecção e conservação do terreno, na investigação/acção para aperfeiçoar a resiliência das populações e dos ecossistemas e em programas de informação, educação e mobilização dos intervenientes frente os riscos das Mudanças Climáticas, o mesmo relatório relata que em 1990 cerca de 82 % da população tinha acesso à água potável. Entretanto essa taxa tem vindo a aumentar passando 82% em 2005 para 89.5% em 2007.

O Governo tem vindo a traçar estratégias no sentido de atingir esse objectivo para tal estão delineadas as estratégias seguintes:

- Abastecimento contínuo e necessário de água às famílias pobres, sobretudo as das áreas áridas e semi-áridas;
- A água como um recurso natural mas também económico e social;
- Acesso aos serviços de saneamento como princípio orientador do desenvolvimento do país;
- Criação de áreas protegidas (terrestre e marítima);
- Campanhas de “reflorestação” e programas de conservação dos solos e água;
- Ordenamento e manutenção florestal;

No que diz respeito a política de habitação social, o relatório do OMD (2009-2010) indica que o défice quantitativo de habitação foi estimado em 40.776 unidades e o défice qualitativo em 66.013 habitações. O Governo traçou uma estratégia de reduzir esse défice habitacional para 2008 – 2013 em 20% em termos quantitativo com a construção de 8.155 habitações e em 24% em termos qualitativo com a reabilitação de 16.000 habitações. Para cumprir esses objectivos o Governo, durante os anos de 2008 a 2009 realizou cerca de 816 e 1.075 intervenções respectivamente, em parcerias com os municípios e associações.

## **Objectivo VIII Desenvolver uma Parceria para o Desenvolvimento**

Meta 1: Tratar globalmente dos problemas da dívida dos países em desenvolvimento através de medidas de ordem nacional e internacional adequadas de modo a tornar viável o seu endividamento a longo prazo

Meta 2: Formular e implementar estratégias nacionais permitindo aos jovens de encontrar uma ocupação decente e produtiva

Meta 3: Negociar o acesso aos medicamentos e a preços acessíveis e tornar as novas tecnologias de informação e comunicação disponíveis a toda a população

Meta 4 : Desenvolver um comércio e sistema financeiro aberto, baseado em regras previsíveis e não discriminatórias.

**Fonte: Relatório do ODM (2009-2010)**

### **Progresso alcançado para o cumprimento do oitavo objectivo do desenvolvimento do milénio**

O Governo vem apelando aos seus parceiros para o financiamento da redução da pobreza através da mobilização e investimento de recursos no reforço da capacidade de luta contra a pobreza e diminuição das vulnerabilidades, sendo que uma das vias privilegiadas é precisamente o conjunto de iniciativas que visam o alívio/reconversão e/ou a supressão da dívida.

Os resultados do Inquérito ao Emprego e Sector Informal dirigido em finais de 2009 pelo IEFP e pelo INE, contabilizou uma população activa de 198.358 indivíduos. A taxa de actividade para indivíduos de 15 e mais anos de idade é de 56,3% a nível nacional, sendo de 58,8% na zona urbana e 52,7% na zona rural. A taxa de desemprego nacional é de 13,1% sendo 15,5% na zona urbana e 9,2% na zona rural. A taxa de desemprego segundo o sexo é de 12.9% para os homens e de 13.4% para as mulheres.

Em relação ao acesso a medicamentos Cabo Verde regista uma evolução positiva. Segundo o ODM (2009-2010), Cabo Verde foi seleccionado em 2009 para aceder ao financiamento do Fundo Global de combate ao HIV-SIDA, malária e tuberculose, reforçando assim capacidade para garantir os meios necessários às campanhas de prevenção e obter medicamentos.

Relativamente à promoção das tecnologias de informação e comunicação, segundo a mesma fonte, o país tem atingido progressos com destaque para o recente programa “Mundu Novu”, que visa modernizar o processo de ensino através da utilização das tecnologias de informação e comunicação, melhorar a qualidade do ensino e aprendizagem, aumentar expressivamente o nível de conhecimento dos cabo-verdianos, tornar o país mais competitivo na economia global e promover a equidade social na sociedade de informação, através da redução das assimetrias sociais e da infoexclusão.

Quanto ao contributo do comércio para a realização do produto (PIB) segundo o ODM (2009-2010), preserva uma tendência crescente. E quanto a balança comercial apresenta-se estruturalmente deficitária com uma base e volume de exportação muito reduzidos.

O mesmo relatório indica que a ajuda ao comércio revela-se um estímulo para uma maior inserção e dinâmica dos países em desenvolvimento no comércio internacional, promovendo, desta forma, para a geração do emprego, o crescimento e redução da pobreza e, contribuindo desta forma para a realização do primeiro ao oitavo ODM.

Resumindo pode-se dizer que Cabo Verde tem orientado pela boa gestão e coordenação eficaz da ajuda, pelo respeito do Estado de direito democrático e pela boa governação. Por conseguinte, verifica-se uma tendência de uma franca evolução no sentido do cumprimento de alguns objectivos do milénio até 2015.



## **CAPITULO III- ASSOCIATIVISMO NA ILHA DE SANTO ANTÃO**

Deseja-se neste capítulo demonstrar o perfil do associativismo na ilha de Santo Antão, a sua origem, evolução e o seu respectivo enquadramento legal e jurídico

### **1.Caracterização da área de Estudo- Concelho do Paul**

O concelho do Paul encontra-se situado no extremo nordeste da ilha de Santo Antão, em Cabo Verde com uma área de cerca de 58km seguir de Ribeira Grande. Segundo dados do (INE 2010), a população residente no Concelho do Paul, é de 8383 habitantes com uma elevada densidade populacional, sendo 154,4 hab/km<sup>2</sup>. Ele apresenta um relevo muito montanhoso favorecendo as precipitações orográficas e captação de nevoeiro favorecendo a prática de agricultura no vale com um curso de água permanente. Dada ao seu relevo e a sua localização em proximidade do mar apresenta um clima sempre fresco e húmido durante todo o ano com uma temperatura média anual de 25°C. Esta organizada em mais de 30 comunidades rurais e uma comunidade urbana a cidade das pombas.

Quando a agricultura por ter terreno muito acidentado e extremamente montanhosa, somente um terço das terras 33% são cultivável e um quinto 20% dos terrenos é adequado para a construção. Estes factores condicionam em grande parte o desenvolvimento da agricultura dos processos de urbanização e de infra-estruturação no geral.

Das actividades económicas, desenvolvidas o sector do comércio é de grande importância para o município, actualmente quase todas as zonas do município encontram-se cobertas de pequenas unidades de comercialização de bens, principalmente géneros de primeira necessidade, a agricultura do município do Paul é predominantemente dominada pela monocultura da cana sacarina que ocupa mais de 2/3 de toda a área irrigada do município.

A pecuária no município, apesar de não ter uma expressão muito significativa é praticada na sua maior parte em regime familiar e em complementaridade com a agricultura. Cerca

de 35% das famílias no Concelho do Paul são considerados pequenos criadores de animais, tanto de suínos, bovinos, caprinos e aves, a criação de animais tem como objectivo melhorar a dieta alimentar bem como a resolução de problemas socioeconómicos principalmente nas famílias no meio rural. Ainda no sector das pescas no Paul apresenta um impacto pouco relativo e é caracterizado por um sistema misto, de artesanal e semi-industrial, sendo predominantemente artesanal.

No que tange ao serviço de saúde o concelho conta com um (1) centro de saúde localizado na cidade das pombas, dois (2) posto sanitários, e quatro (4) unidades sanitário de base. (Relatório estatístico saúde 2010). A nível de infra-estrutura de ensino, encontra-se no concelho uma (1) escola secundaria, desaseis (16) escolas primárias e onze (11) jardins-de-infância.

## **2. Origem e evolução**

De uma forma geral o associativismo nasceu da necessidade de os homens juntarem os seus esforços no sentido de atingir objectivos comuns. Depois, transformou-se na necessidade de enfrentar as mudanças ditadas pelo sistema económico mundial.

É de realçar que não se pode falar do associativismo na ilha de Santo Antão sem antes fazer uma abordagem mais abrangendo do seu surgimento em Cabo Verde e da sua evolução.

Segundo Pina, (2007) o associativismo em Cabo Verde tem as suas raízes nas formas tradicionais de solidariedade social que acompanha a sua própria história, visto que sempre existiu um espírito de solidariedade e ajuda mútua do seu povo.

Estes gesto de solidariedade foi denominado de “*Djunta mó*”, “*Tabanca*”, “botu e mitim” Defende ainda que desde da sua criação até os nossos dias as associações constituem parceiros úteis para o desenvolvimento local, em áreas como o desenvolvimento comunitário; poupança e crédito, actividades geradoras de rendimento com incidências positivas na luta contra a pobreza; promoção da mulher; planeamento familiar; apoio aos

deficientes; ambiente; informação, educação, comunicação e na defesa dos direitos humanos.

Na mesma linha de pensamento Carvalho (2012) defende que as Organizações Comunitárias foram impulsionadas, em primeiro lugar pela cooperação americana no âmbito da ajuda alimentar a Cabo Verde através do programa PL480 (Food for Peace Program) por intermédio da ONG americana ACIDI-VOCA (Agriculture Cooperative Development International /Volunteers Overseas Cooperative Assistance) em parceria com a Direcção Geral de Agricultura, Silvicultura Pecuária (DGASP) ou ainda por modelo CBTA (Community Based Technical Assistance).

Assim foi com o incentivo desta ONG americana em 1995, que as comunidades locais deu os primeiros passos a auto-organizarem em associações locais, e a partir de 1996, a criação de uma rede de Associações Comunitárias de Desenvolvimento (ACD), a nível do interior de Santiago, denominada de Organização das Associações de Agricultores, Avicultores e Pecuários da Ilha de Santiago (OASIS), na ilha do Fogo, a Organização das Associações do Fogo (OAF) e na ilha de Santo Antão, a Organização das Associações de Desenvolvimento Integrado de Santo Antão (OADISA portanto o autor defende que este foi o momento que surgiu as associações em cabo verde propriamente dita.

Ressalta-se ainda que no âmbito do programa da PLPR foram criadas as CRP (Comissões Regionais de Parceiros), em resposta às exigências do financiador, da necessidade da criação de um operador local no sentido de facilitar os trabalhos juntos das ACD.

Alem das associações foram criadas em Cabo Verde mais de uma centena de cooperativas de consumo e de produção em quase todas as ilhas, estas cooperativas foram apoiadas pelo organismo estatal, INC (Instituto Nacional de Apoio às Cooperativas), e posteriormente, o ICS (Instituto Cabo-verdiano de Solidariedade). Estas instituições tinham por objectivo incentivar as comunidades a organizarem-se e a participarem no processo de desenvolvimento do país.

Actualmente existe no país mais de 600 Associações comunitárias de base trabalhando com as populações locais no sentido de a criar oportunidades e eliminar certos factores determinantes da pobreza.

### **3.Enquadramento legal das associações**

As associações encontram-se a sua base legal na lei nº. 28/III/87, de 31 de Dezembro. Estabelece a lei no seu artigo 2º, que “os cidadãos maiores, no gozo dos seus direitos civis, podem livremente e sem dependência de qualquer autorização, constituir associações”

A Lei regula o exercício de liberdade de associação garantida pelo artigo 43º da constituição e estabelece as bases do regime jurídico comum das associações de fim não lucrativo, doravante designadas por associações,

Segundo o artigo 3º são Fins das associações os seguintes: Culturais; educativos; desportivos; profissionais; de solidariedade social; de defesa da saúde e promoção da higiene; de recreação e promoção de amizade e de recordações vivenciais; protecção do meio ambiente; promoção do desenvolvimento comunitário.

Actualmente na constituição da Republica de Cabo Verde no seu artigo 29º nº 2 encontra explicita o direito de criar associação.

A constituição de associações sem fins lucrativas é regida em Cabo Verde pela lei nº25/VI/2003, de 21 de Junho. A livre vontade de associar é um direito que a Constituição da República garante a todos os cabo-verdianos, através do seu artigo 52º liberdade de associação (CRCV, 2011)

### **4.O associativismo em Santo Antão**

O associativismo em Santo Antão ganhou uma nova dinâmica nos anos noventa, devido provavelmente a transição política que houve no país essencialmente no que diz respeito a novas oportunidades de financiamentos para projectos que visavam o desenvolvimento

agrícola, nomeadamente projecto de exploração de furos, melhoria na gestão de água de rega, abastecimento das comunidades, entre outros.

Assim, as primeiras associações surgiram nos finais dos anos oitenta, segundo o plano estratégico da OADISA, em S. Antão, o movimento associativo terá surgido na década de oitenta logo após a publicação da lei nº28/III/87, que regula o estatuto geral das associações. OADISA (2007-2011).

Dados do manual de boas práticas da CRP-SA, (2011) dá-nos conta que em 2005, a ilha de Santo Antão já contava com noventa e sete organizações sendo oitenta e dois associações de carizes de desenvolvimento comunitárias e quinze ONG's.

Segundo dados do Guia das (2007) existe em Santo Antão setenta e seis organizações civis distribuídos pelos três Concelhos. Vinte e dois no concelho do Paul, trinta e quatro no concelho da Ribeira Grande e vinte e um no concelho do Porto Novo.

### **5.Associativismo no Concelho do Paul**

O Concelho do Paul como em outros concelhos do país é caracterizado como um concelho com uma forte espírito de interajuda, as primeiras associações surgiram por volta dos anos noventa tinham como objectivo o desenvolvimento socioeconómico das comunidades locais actuando em áreas como a agricultura, criação gado, apoios escolar, reabilitação de casa, entre outras actividades. Actualmente o concelho conta com cerca de vinte e dois (22) organizações da sociedade civil com a presença de somente dois ONG's, a Liga dos Amigos do Paul (AMIPAUL) e a Organização Mulheres Cabo Verdiana OMCV. A AMIPAUL tem como objectivo participar no desenvolvimento económico e social do Paul e de Santo Antão no geral e a OMCV tem por finalidade a promoção da mulher na criação de pequenos negócios através da cedência de créditos, formação em diversas áreas, por forma a combater a pobreza e contribuir para o desenvolvimento comunitário.

## **CAPITULO IV- APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

Neste capítulo, apresenta-se os resultados da pesquisa de terreno. Estes serão apresentados e interpretados em função dos objectivos do trabalho.

Assim a maioria das respostas foram obtidas através das entrevistas realizadas no terreno, junto dos Presidentes das associações locais e dos representantes das duas entidades (CPM e CRP-SA), durante os meses de Agosto e Setembro de 2013.

Num universo de vinte (20) associações de desenvolvimento local e dois (2) ONGs existentes no concelho do Paul, só foi-nos possível o contacto com três (3) associações comunitárias de desenvolvimento e uma (1) ONG.

Deve-se realçar que pelo facto de muitas dessas organizações estarem inactivas, outras em fase de reestruturação e outras não responderam atempadamente a solicitação, criou-se um certo embaraço condicionando assim a realização do trabalho de campo.

As associações encontram-se localizadas no concelho do Paul, em várias zonas com características e níveis de vida diferentes. Nesse sentido, cada uma dessas organizações buscam soluções específicas para resolverem os constrangimentos que os impedem de desenvolver.

### **1. Descrição das associações em estudo**

#### **1.1. Estrutura das Associações**

Como já tida sido referido no documento, todas as associações encontra-se a sua base legal na lei nº. 28/III/87. E todas elas em estudo estão inscritos como parceiros da CRP de Santo Antão, órgão que actua essencialmente na materialização das actividades constantes do PNLP no meio rural. A estrutura interna das associações em estudo resume nos pontos seguintes:

- **Associação Jovens criadores de Janela (AJCJ)**, localiza na zona de Pontinha de Janela, foi fundada em 24 de Fevereiro de 2005, gerida pelo estatuto legalmente reconhecido no BO III Serie nº 46 de 2010. Actualmente conta com 30 sócios, sendo 12 mulheres e 18 homens. Na Presidência se encontra um homem, com um nível de instrução secundário, professor do EBI e esta na presidência desde da criação da dita associação.
- **Associação Fajã de Janela (AFJ)**, localiza na localidade de Fajã de Janela, foi instituída no ano de 2000 e registada em 04-01-2001 sob o registo nº 454/2001. Ela é constituída na sua maioria por jovens pertencentes a esta comunidade local e contam com cerca de 163 membros sendo 76 mulheres. A referida associação visa resolver os problemas da comunidade, e o desenvolvimento da mesma. Essa associação é dirigida por um homem há 12 anos, com um nível de escolaridade superior e exerce a profissão de professor.
- **Associação para o desenvolvimento de Penedo de Janela (ADP)**, localiza na zona de penedo de Janela, foi criada no ano de 2002, reconhecida legalmente no BO nº 2 III Serie/ de 16 Janeiro de 2009, foi criada por iniciativa dos moradores da comunidade, e conta com um total de 78 Sócios, sendo 42 homens e 36 mulheres. Tem como principal objectivo melhorar as condições de vida das famílias mais desfavorecidas. Esta associação é dirigida há 6 meses por uma mulher de 25 anos de idade e com um nível de escolaridade secundária e exerce actualmente a função balconista.
- **A ONG Ami-Paul**, situa-se na Cidade das Pombas no concelho do Paul, é uma ONG, fundada a 06 de Junho de 1986 reconhecida legalmente no BO nº 22 de Dezembro de 1987 (Dec. lei nº28/11/87). Conta com total de cerca de 100 sócios de nacionalidade Cabo Verdiana, sendo 33% residentes no estrangeiro. O principal objectivo é promover o desenvolvimento do concelho e de Santo Antão em geral, e a divulgação

da cultura Cabo Verdiana. É dirigida há 10 anos por um homem que possui um nível de ensino superior.

Em suma pode-se dizer que todas as associações entrevistadas são constituídas essencialmente por jovens e os presidentes encontram-se no poder a mais de 3 mandados com a excepção da associação para o desenvolvimento de penedo de Janela.

Quanto a planificação e monitorização das actividades todas as associações entrevistadas disseram que possuem um plano de actividade que é elaborada e discutida na assembleia geral e que encontram regularmente todos os anos para avaliar o andamento da implementação das actividades.

## **1.2. Áreas de actuação, projectos implementados e em curso.**

Ambas as associações entrevistadas actuam nas áreas de desenvolvimento económico, social e cultural nomeadamente no domínio da educação, habitação social, formação profissional, pequenas e médias empresas.

É de salientar que no caso concreto da ONG “Ami Paul”, actua na área de juventude, cidadania, pesca, empreendedorismo, informação e comunicação através da radio comunitária da Mulher, entre outros.

Enquanto a associação (AJCJ) elege a educação e a pecuária como prioridade, a associação (AFJ) elege a agricultura e actividades geradoras de rendimento, a associação (ADP) nomeia a educação, pecuária e agricultura e por fim a ONG (Ami Paul) tem como prioridade para o desenvolvimento do concelho a habitação social, transformação agro-industrial, informação, turismo sustentável, e desenvolvimento dos recursos humanos.

Quanto aos projectos executados pelas associações entrevistadas todas têm vindo a executar projectos em diferentes áreas sempre em parceria com a Câmara Municipal e o CRP.

Assim a Associação Jovem Criadores de Janela (AJCJ), já executou projectos de suinicultura e avicultura, para mulheres de janela e reabilitação de algumas habitações



sociais. E em curso esta também um projecto de construção de um centro de transformação alimentar na zona de Ribeira de Janela.

A Associação Fajã Janela já implementou um projecto de construção de um depósito de água, na localidade de Fajã Janela, de sistema rega gota- gota, de reabilitação de habitação social e de financiamento de transporte escolar.

No que diz respeito a ONG Ami Paul já foram realizados projectos: Habitação S.O.S onde já foram beneficiadas mais de 300 famílias, construção de poço, furo para exploração de água subterrânea e construção de depósitos no concelho do Paul.

No que tange aos projectos executados pela Associação de Desenvolvimento de Penedo de Janela, já foram executados projecto de reabilitação social, de implementação do sistema rega gota gota na localidade de penedo de janela e construção de um depósito de água.

### **1.3. Fonte de financiamento das associações e a ONG Ami Paul**

Quando à fonte de financiamento todas as associações apontaram a Câmara Municipal do concelho do Paul e a CRP como sendo os principais financiadores.

Questionados sobre a cota dos sócios, foram unânime a dizer que a cota é irrisória, gera em torno de 100-200 escudos e que muitos não cumprem com esta obrigação.

No caso da ONG Ami Paul, o financiamento advém tanto de parceiros nacionais como também de parceiros internacionais tais como: Cooperação Portuguesa, cooperação espanhola, cooperação Americana e cooperação Holandesa.

Também o Presidente avançou que a associação é o coordenador do programa van grogue, coordenador da comissão instaladora do ensino superior em Anto Antão, responsável pelo estudo do turismo sustentável em Santo Antão.

É de salientar que as verbas dos financiamentos feitos tanto pela Câmara Municipal como pela CRP aos projectos das associações advém de apoios de instituições nacionais e

internacional, nomeadamente do Governo de Cabo Verde, do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), entre outros.

O Animador da CRP avançou que actualmente “*Recebemos do (FIDA) um montante de vinte e seis Milhões de Dólares, por um período de seis anos para execução de projectos a nível das comunidades.*”(Adriel Mendes).

## **2. Percepção dos líderes das AC, da C.M e CRP sobre o desempenho das associações.**

Sobre este ponto todos os entrevistados apontam que as associações surgem com o objectivo primordial de resolver os problemas das comunidades.

Nas palavras proferidas pelo Presidente da associação de Desenvolvimento comunitário de Fajã Janela, “*A associação surgiu da necessidade de resolver os problemas da comunidade e visa essencialmente resolver as necessidades da comunidade*” (Jorge Andrade),

Por sua vez, o presidente da associação de penedo de Janela, Marina Ramos, afirma também que a associação surgiu da necessidade de resolver os problemas da comunidade. Quando questionada sobre o objectivo da associação ela enunciou que “*É essencialmente o desenvolvimento da comunidade, e o bem-estar das famílias mais carenciadas*” (Marina Ramos).

Quanto ao Presidente da Associação AJCJ para explicar o surgimento da associação, proferiu as palavras seguinte “*De um sonho e de amor sublime, para responder as demandas de jovens e dos demais carenciados.*” (Hélder Silva). Avançou ainda que o objectivo da associação é garantir a defesa dos direitos da população e promover o desenvolvimento local, principalmente no seio da camada jovem, pelo que disse o seguinte “*O objectivo é a defesa dos direitos da população de Janela, promover e apresentar proposta para o desenvolvimento da comunidade e perspectivar o futuro dos jovens*”

Por seu turno, o Presidente da ONG Ami-Paul, José M. Pires Ferreira, disse que a associação surgiu da necessidade das pessoas residentes e não residentes na ilha de Santo Antão participarem em desafios de desenvolvimento impostos a ilha.

Quanto aos objectivos da associação, o Presidente da associação de Desenvolvimento comunitário de Fajã Janela, disse que *“O principal objectivo é participar no desenvolvimento do concelho do Paul, e de Santo Antão, como também desenvolver a cultura Cabo-Verdiana.”* (Jorge Andrade)

Do ponto da vista do vereador da área social da Câmara Municipal do concelho do Paul, as associações *“São elementos fundamentais na sociedade através da promoção da acção de formação em diversas áreas tais como a cidadania, levam as pessoas a participarem na vida política, defendendo ainda que devem funcionar isente de qualquer corpo político que os impede o seu desempenho.”* (Nilton Gomes).

Na óptica do responsável da CRP em Santo Antão, as associações tem-se revelados como promotores de desenvolvimento das comunidades do concelho do Paul, apesar de ainda existir algumas fragilidades internas.

Nesse sentido, para colmatar essas dificuldades, ele proferiu a frase seguinte: *“temos como incentivo as acções de formação para os membros da administração das associações, para a elaboração de projectos, dando-lhes empoderamento tanto social, como económico”* (Adriel Mendes).

Quanto a análise da participação dos sócios nas reuniões, os Presidentes das associações de (AJCJ) e (ADP) afirmaram que a participação tem sido activa e notável, enquanto que para o Presidente da associação (AFJ), a participação em termos de presença tem sido regular mas pouca activa durante as discussões.

O Presidente da ONG Ami-Paul defende que a aderência dos socios tem sido fraca e aponta o factor distancia como condicionador da presença dos socios.

Quando a interligação com a Câmara Municipal, todas as associações entrevistadas disseram que trabalham sempre em parceria e que a Câmara tem sido uma boa parceira.

Questionado o vereador da área social da Câmara Municipal do Paul sobre esta questão, afirma que existe uma relação de proximidade com as associações locais e proferiu as palavras seguintes: “ *temos uma relação muito próxima com a maioria das associações, defendendo ainda que os que não procuram parceria com a CMP, são os que ainda necessitam de estruturar as suas actividades.* ”(Nilton Gomes).

Ainda o mesmo avançou que a Camara “*Participa activamente ou seja utilizam o método participativa de baixo para cima, são as associações que identificam os seus problemas, seleccionam as suas prioridades e os seus beneficiários e a CRP-SA aprovam os projectos em assembleia, dão seguimento e após a aprovação financiam conforme as suas possibilidades*”.

É de realçar que todas as associações possuem um plano de actividades que é formulado nas discussões em assembleia e não há participação nem da Câmara Municipal e nem da CRP na discussão e elaboração dos referidos planos.

Também segundo os Presidentes das associações as necessidades das comunidades são determinadas por eles nas assembleias e argumentam que eles são da comunidade e conhecem bem os problemas que afligem as suas localidades.

### 3.Participação das associações na implementação dos objectivos do milénio

Nesta parte, será estabelecida uma relação entre os oitos objectivos do milénio e as acções levadas a cabo pelas associações e a ONG em estudo.

#### Quadro 1: Objectivo I- Reduzir a Pobreza Extrema e a Fome

Associação Jovens criadora de Janela (AJCJ)	Associação para o desenvolvimento de Penedo de Janela (ADP),	Associação Fajã de Janela (AFJ)	AMI PAUL
Projectos/acções realizados			
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Suinicultura e avicultura, para mulheres de janela</li> <li>▪ Construção de um centro de transformação de alimentar na zona de Ribeira de Janela</li> <li>▪ Reabilitação de algumas habitações sociais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Reabilitação social</li> <li>▪ Implementação do sistema rega gota gota na localidade de penedo de janela</li> <li>▪ Construção de um depósito de água</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Reabilitação de habitação social</li> <li>▪ Sistema rega gota-gota</li> <li>▪ Construção de um depósito de água, na localidade de Faja Janela</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Habitação S.O.S onde já foram beneficiadas mais de 300 famílias,</li> <li>▪ Construção de poço, furo para exploração de água subterrânea</li> <li>▪ Construção de depósitos no concelho do Paul.</li> </ul>

Fonte: Elaboração própria baseado nas entrevistas.

Relativamente ao primeiro ODM, podemos dizer que um dos objectivos de ambas as associações é contribuir para o desenvolvimento das comunidades, participando através do programa de luta contra a pobreza promovido pelo Governo, e constatamos que perante esse objectivo têm desenvolvido varias actividades que os permite a sua concretização.

#### Quadro 2: Objectivo II - Assegurar a Educação Primária

Associação Jovens criadores de Janela (AJCJ)	Associação para o desenvolvimento de Penedo de Janela (ADP)	Associação Fajã de Janela (AFJ)	AMI PAUL
<b>Projectos/Ações realizados</b>			
Projecto de transporte escolar, materiais didácticos, uniformes entre outros	Transporte escolar, materiais didacticos.	-Financiamento de transporte escolar.	Transporte escolar, materiais didacticos.

**Fonte:** Elaboração própria baseado nas entrevistas.

Tendo em conta ao ODM segundo essas associações tem criado condições nas comunidades para que as crianças possam frequentar tanto o ensino, primário como secundário contribuindo para diminuir o abandono escolar, apesar das suas limitações.

### **Quadro 3: Objectivo III - Promover a Igualdade entre os Sexos e a Emancipação das Mulheres**

Associação Jovens criadores de Janela (AJCJ)	Associação para o desenvolvimento de Penedo de Janela (ADP)	Associação Fajã de Janela (AFJ)	AMI PAUL
<b>Projectso/Ações realizados</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>Projectos suinicultura e avicultura para as mulheres de janela.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Projectos em actividade geradora de rendimento para as mulheres.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Formação de empreendedorismo para as mulheres</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Informação e comunicação através da radio comunitária da Mulher,</li> </ul>

**Fonte:** Elaboração própria baseado nas entrevistas.

Segundo os entrevistados uma das prioridades é a mulher pois na nossa sociedade é uma das classes mais vulneráveis, como também em muitos casos são chefes de família e enfrentam vários constrangimentos. De realçar que através dessas organizações as mulheres estão cada vez mais independentes, e activa no que diz respeito a vida politica.

#### **Quadro 4: Objectivo IV- Reduzir a Mortalidade de Crianças Menores de 5 Anos 8**

Associação Jovens criadores de Janela (AJCJ)	Associação para o desenvolvimento de Penedo de Janela (ADP)	Associação Fajã de Janela (AFJ)	AMI PAUL
<b>Acções realizadas</b>			
Nada Consta	Nada Consta	Nada Consta	Nada Consta

**Fonte:** Elaboração própria baseado nas entrevistas.

Constatamos que têm investido fortemente no desenvolvimento das comunidades em actividades como por exemplo habitação social, educação, saneamento, agricultura, entre outros, mas no diz respeito a ODM quatro, as associações até então não alcançaram esse objectivo.

#### **Quadro 5: Objectivo V- Melhorar a Saúde Materna**

Associação Jovens criadores de Janela (AJCJ)	Associação para o desenvolvimento de Penedo de Janela (ADP),	Associação Fajã de Janela (AFJ)	AMI PAUL
<b>Acções realizadas</b>			
Nada Consta	Nada Consta	Nada Consta	Nada Consta

**Fonte:** Elaboração própria baseado nas entrevistas.

Relativamente a este ponto podemos realçar que as associações ainda não conseguiram atingir esse objectivo, conseguimos identificar ao longo das entrevistas que pelas suas limitações priorizam actividades que vai de encontro as necessidades colectivas vividas dentro das comunidades como já tínhamos referido no ODM quatro.

**Quadro 6: Objectivo VI - Combater o VIH/SIDA, a Malária e Outras Doenças**

Associação Jovens criadores de Janela (AJCJ)	Associação para o desenvolvimento de Penedo de Janela (ADP),	Associação Fajã de Janela (AFJ)	AMI PAUL
<b>Acções realizadas</b>			
Campanha de sensibilização	Campanha de sensibilização	Campanha de sensibilização	Campanha de sensibilização

**Fonte:** Elaboração própria baseado nas entrevistas.

No que tange a esse ODM, verificamos que as associações têm contribuído para alcançar esse objectivo, através de campanhas de sensibilização nas comunidades, apesar de enfrentar vários limitações.

**Quadro 7: Objectivo VII - Assegurar um Ambiente Sustentável: Biodiversidade, Abastecimento de Água e Habitação para os Pobres**

Associação Jovens criadores de Janela (AJCJ)	Associação para o desenvolvimento de Penedo de Janela (ADP),	Associação Fajã de Janela (AFJ)	AMI PAUL
<b>Projecto /Acções realizados</b>			



<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Reabilitação de algumas habitações sociais.</li> <li>▪ Saneamento.</li> <li>▪ Depósitos e reservatório de água;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Reabilitação social</li> <li>▪ Implementação do sistema rega gota gota na localidade de penedo de janela</li> <li>▪ Construção de um depósito de água</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Reabilitação de habitação social</li> <li>▪ Sistema rega gota-gota</li> <li>▪ Construção de um depósito de água, na localidade de Faja Janela</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Habitação S.O.S onde já foram beneficiadas mais de 300 famílias,</li> <li>▪ Construção de poço, furo para exploração de água subterrânea</li> <li>▪ Construção de depósitos no concelho do Paul.</li> </ul>
---	---	---	--

**Fonte:** Elaboração própria baseado nas entrevistas.

De realçar que as associações têm vindo a intervir nas comunidades conforme as necessidades vividas, e as actividades acima desenvolvida é feito com o intuito de minimizar tais situações. Portante o ODM sétimo é um dos objectivos mais privilegiados pelas associações, o que leva-nos a dizer que esse é um dos objectivos mais bem desenvolvidos pelas associações.

### Quadro 8: Objectivo VIII - Desenvolver uma Parceria para o Desenvolvimento

Associação Jovens criadores de Janela (AJCJ)	Associação para o desenvolvimento de Penedo de Janela (ADP)	Associação Fajã de Janela (AFJ)	AMI PAUL
<b>Acções realizadas</b>			
Parceria com ONGs internacionais (info- intercambio, USADF, - ONG's Nacionais (Atelier-Mar). - CRP-SA - Governo de Cabo Verde; - Câmara Municipal.	- Parceria com a CRP-SA, - Governo de Cabo Verde; - Câmara Municipal.	Parceria com a ONG - Atelier Mar, - Governo de Cabo Verde; - CRP-SA; - Câmara Municipal.	Parceria com Cooperação Holandesa, cooperação Portuguesa, cooperação Americana, Governo de Cabo Verde; CRP-SA; Câmara Municipal.

**Fonte:** Elaboração própria baseado nas entrevistas.

Em matéria cooperação de desenvolvimento de frisar que as associações como sendo organizações independentes, criam os seus projectos, escolhem as prioridades, mas tem limitações na sua implementação pois nem sempre possui um financiamento capaz de sustentar tais projectos. Portante para que possam alcançar o desenvolvimento das suas comunidades, torna-se necessário encontrar parceiros e financiadores para a execução dos seus projectos.

Em suma as associações de desenvolvimento local do concelho de Paul concentram as suas actividades mais no primeiro objectivo “Reduzir a Pobreza Extrema e a Fome” e no Objectivo VII “Assegurar um Ambiente Sustentável: Biodiversidade, Abastecimento de Água e Habitação para os Pobres”.

#### **4.Diagnóstico da gestão das Associações de desenvolvimento local em estudo**

Neste ponto, pretende-se fazer uma análise SWOT, que integra as dimensões internas e externa. A dimensão interna, diz respeito as associações e a ONG e incide sobre os respectivos pontos fracos e pontos fortes. A dimensão externa refere-se ao contexto das associações e abrange as oportunidades e ameaças que as associações têm de considerar no seu percurso.

Assim partindo dos constrangimentos indicados pelas associações, desenhou-se a abaixo o quadro de análise SWOT.

##### **4.1. Análise SWOT/FOFA**

<b>ANÁLISE INTERNA</b>	
<b>Pontos Fortes</b>	<b>Pontos Fracos</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Espírito de associativismo e boa vontade dos sócios;</li><li>▪ Conhecimento do território e dos agentes locais;</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Fraca capacidade de liderança;</li><li>▪ Fraca participação dos sócios</li><li>▪ Dispersão dos sócios</li><li>▪ Falta de formação em diversas áreas de actuação;</li><li>▪ Falta de financiamento para execução dos projectos;</li><li>▪ Dependência de financiamentos</li><li>▪ Fraca capacidade em mobilização de recursos externos</li><li>▪ Fraco envolvimento dos sócios no pagamento das cotas</li></ul>
<b>ANALISE EXTERNA</b>	
<b>Oportunidades</b>	<b>Ameaças</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Acesso as novas tecnologias de informação;</li><li>▪ Valorização dos recursos humanos;</li><li>▪ Presença de uma população jovem,</li><li>▪ Cooperação com CRP</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Crise internacional;</li><li>▪ Redução das fontes de financiamento</li><li>▪ Associativismo em queda;</li><li>▪ Saída da população jovem das comunidades;</li></ul>

Elaboração própria baseado nas entrevistas.

A partir do contexto apresentado identifica-se que as fraquezas das associações residem essencialmente na falta de capacidade financeira e técnica que lhes impedem de implementar os seus planos de actividades em toda a liberdade, ficando sujeito e dependente dos financiamentos da Câmara Municipal e da CRP.

Essas fraquezas conjugadas com as ameaças poderá enfraquecer o associativismo no concelho do Paul, pelo que deve aproveitar dos pontos fortes e das oportunidades para reestruturar e reforçar a capacidade institucional das associações, reforçar as sinergias, promover um diálogo aberto ao público e aos parceiros, capacitar os seus membros e criar mecanismos para mobilizar parceiros e financiamentos internacionais, por forma a tornarem-se independentes financeiramente.

## CONCLUSÃO

Este estudo debruçou-se sobre o associativismo na ilha de Santo Antão e teve como enfoque principal identificar e compreender qual tem sido o papel das associações comunitárias na implementação das políticas públicas para o desenvolvimento local do Concelho do Paul. Especificamente procurou analisar a forma como se encontra estruturada, organizada e o funcionamento das associações comunitárias, conhecer e analisar as relações existente entre as associações e outros agentes intervenientes no Desenvolvimento Local do Concelho, conhecer e avaliar as estratégias e os planos de acção da associação para promover o desenvolvimento local e identificar e avaliar as acções feitas pelas associações e o enquadramento dentro dos ODM.

Assim, com base em um conjunto de documentos especificamente nos objectivos do milénio e com a pesquisa feita no terreno tentou-se cruzar estes dados, comparando-lhes no sentido de identificar os projectos executados pelas associações.

Após a análise dos resultados, pode-se dizer que as associações de desenvolvimento comunitário têm tido um papel importante no desenvolvimento do concelho do Paul mas não suficiente. Isso poderá ser justificado pela fraca capacidade técnica e financeira, pela falta de uma coordenação entre as associações e a Câmara Municipal, no que toca ao processo de elaboração e implementação das políticas públicas.

No entanto verificou-se que a identificação das necessidades da comunidade não é feita em sintonia com as demais organizações e entidades, pelo que, as associações fazem os seus levantamentos transformam as necessidades em projectos e submetem-os a Câmara e a CRP e ficam aguardando o financiamento.

Da mesma forma os projectos elaborados pela Câmara são feitos isoladamente e somente a associação participa na fase de implementação das acções predefinidas pela Câmara Municipal e CRP.

Isso demonstra que não existe um trabalho conjunto de identificação e discussão das necessidades bem como a elaboração dos planos de actividades de cada um e a monitorização das actividades, pois percebeu-se que as associações não fazem a monitorização dos projectos executados por outras entidades restringindo somente às suas actividades.

Referente aos objectivos do milénio verifica-se que a maioria das associações elabora os planos de actividades sem cruzar as necessidades do terreno com estes objectivos verificando-se uma concentração e duplicação de actividades quase sempre na mesma área deixando um lacuna em outras áreas de extrema importância como por exemplo na área de saúde.

Nesta óptica, tendo em conta o exposto acima, pode-se dizer que à hipótese 1 do estudo “*As Associações de desenvolvimento do concelho do Paul contribuem integralmente para implementação dos Objectivos do Milénio*” não se comprova, pois verificou-se que as associações de desenvolvimento local do Concelho do Paul concentram-se principalmente as suas actividades mais no primeiro objectivo que é: “Reduzir a Pobreza Extrema e a Fome” e no Objectivo VII “Assegurar um Ambiente Sustentável: Biodiversidade, Abastecimento de Água e Habitação para os Pobres”, pelo que pode-se dizer que a participação das associações é fraca na implantação dos objectivos do milénio.

Em relação ao hipótese 2: “*A fraca capacidade institucional das Associações de desenvolvimento do concelho do Paul, influencia negativamente na participação destas no processo de formulação, implementação e monitorização das políticas públicas*” os resultados do estudo comprovam esta afirmação, pois os resultados da análise SWOT apontam que essas associações apresentam grande fragilidade a nível técnico e financeiro e em termos de funcionamento, pois a maioria dos membros residem em outros Concelhos e noutras ilhas o que dificulta as suas presenças constantes em reuniões e discussões, dos projectos.

Frente a estas constatações de seguida serão apresentadas um conjunto de recomendações no sentido de reforçar tecnicamente e financeiramente as associações para que eles possam contribuir mais eficientemente e eficazmente para a implementação dos objectivos do milénio e outras políticas públicas.

Assim recomenda-se os seguintes:

- Elaboração de um plano de capacitação das associações de desenvolvimento local;
- Criar novas estratégias de planeamento, desenvolver condições para aumentar o trabalho em equipa, de forma a evitar constrangimentos profissionais aos membros
- Elaboração de um plano estratégico com um horizonte mais longo do que os planos de actividades;
- Elaboração de planos de actividades em sintonia com as políticas públicas delineadas pelo Estado;
- Criar mecanismos de financiamento próprio através de estabelecimento de parcerias estrangeiras;
- E por fim envolver mais a população local na identificação, implementação e monitoramento das actividades.

## BIBLIOGRAFIA

AMARAL, A. (2006) e -Participação Popular [Em linha]. Disponível em <<<http://escola.mpu.mp.br/dicionario/tiki.index.php?page=Participa%C3%A7%C3%A3o+Popular>>> consultado em 25-11-2014

BARATA, O (2010) – Política social e Sociologia, Instituto superior de Ciências Sociais e políticas.

OLIVIRA, G. (1999) - Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento Humano e Social na Região Metropolitana da Baixada Santista: 1970, 1980 e 1991” [Em linha].

Disponível em

<<[http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista\\_da\\_fae/fae\\_v5\\_n2/uma\\_discussao\\_sobre.pdf](http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista_da_fae/fae_v5_n2/uma_discussao_sobre.pdf)>> consultado em 21-08-2014

CARVALHO, J. (2012), Os Liames de Solidariedade Entre o Estado e as Organizações de Economia Solidária na Luta Contra Pobreza nas Comunidades Rurais em Cabo Verde. [http://base.socioeco.org/docs/bitstream\\_10482\\_13258\\_1\\_2012\\_josemariacoelhodecarvalho.pdf](http://base.socioeco.org/docs/bitstream_10482_13258_1_2012_josemariacoelhodecarvalho.pdf)

CARMO, H. (2001), A Actualidade do Desenvolvimento Comunitário Como Estratégia de Intervenção Social. [Em linha]. Disponível em

<<[https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/1853/1/2001-A actualidade dc como estrategia de intervenção social-ISPA.pdf](https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/1853/1/2001-A%20actualidade%20de%20como%20estrategia%20de%20intervengao%20social-ISPA.pdf)>>

CARVALHO, M. (2010) - O Desenvolvimento Local e a Imigração Cabo-verdiana: um olhar sobre a comunidade da Cova da Moura Outubro,

[http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/bitstream/10961/296/1/DesenvolvimentoLocalaImigração Cabo-verdiana um olhar sobre comunidade da Cova da Moura.pdf](http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/bitstream/10961/296/1/DesenvolvimentoLocalaImigra%C3%A7%C3%A3oCabo-verdianaumolharsobrecomunidadeCovaMoura.pdf)

GRAÇA, E. (2010), Desenvolvimento Local, e o Processo de Descentralização em Cabo Verde.



PINA, R. (2007), Associativismo e Desenvolvimento Local em Cabo Verde: Notas Sobre Alguns Percursos de Revitalização Rural

[http://sper.pt/oldsite/IIICER/Comunicacoes/RitaPina\\_com.pdf](http://sper.pt/oldsite/IIICER/Comunicacoes/RitaPina_com.pdf)

JESUS, P. (2007), O Caso das Cooperativas de Consumo na Ilha de Santo Antão [Em linha]. Disponível em

<<[http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/bitstream/10961/141/1/TeseMestrado Paulino Dias. Cooperativismo Cabo Verde.pdf](http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/bitstream/10961/141/1/TeseMestrado%20Paulino%20Dias.%20Cooperativismo%20Cabo%20Verde.pdf)>>, consultado em 21-08-2014

MONTEIRO, E. (2009), O Contributo das ACD'S para o Desenvolvimento Local o Caso de Anto Antão, [Em linha] Disponível em

<<<http://repositorioaberto.up.pt/bitstream/10216/23211/2/>>>

MORENO, C. (2012), Desenvolvimento Comunitário, Serviço Social e Mediação Social, Papel do Assistente Social como Mediador Social no Processo de Desenvolvimento

Comunitário. [http://bdigital.unipiaget.cv:8080/jspui/bitstream/10964/446/2/Celestino Moreno.pdf](http://bdigital.unipiaget.cv:8080/jspui/bitstream/10964/446/2/Celestino%20Moreno.pdf)

MARTINS, S. (2002), Desenvolvimento Local Questões Conceituais e Metodologias; [Em linha]. Disponível em

[http://www.cairu.br/biblioteca/arquivos/Agronegocios/Formas\\_associativismo\\_vivenciadas\\_pelos\\_trabalhadores\\_rurais.pdf](http://www.cairu.br/biblioteca/arquivos/Agronegocios/Formas_associativismo_vivenciadas_pelos_trabalhadores_rurais.pdf) consultado em 21-08-2014

MATOS, A. (1998) Caixa Geral de Depósitos, Estudos e Documento nº10-Países em Desenvolvimento: Comercio, Cooperação e Financiamento (Agosto de 1998);

PASQUINO, G. (2010) Curso de Ciência Política 2º Edição.

QUERIDO, C. (2005), Estabilização Macroeconómica e Financiamento em Cabo Verde, Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais.

REIS, V. (2010) - Desenvolvimento em Cabo verde: As opções Estratégicas e Investimento Directo do Estrangeiro.

REIS, V. (2000) - Principais estratégias de desenvolvimento em confronto na República de Cabo Verde após a Independência, [Em linha] Disponível em <<[http://www.adelinotorres.com/teses/Victor%20Reis\\_Estrat%C3%A9gias%20de%20desenvolvimento%20em%20Cabo%20Verde.pdf](http://www.adelinotorres.com/teses/Victor%20Reis_Estrat%C3%A9gias%20de%20desenvolvimento%20em%20Cabo%20Verde.pdf)>>

SALOMÃO, M. (2013) -Associativismo e Desenvolvimento Local O papel das Associações Comunitárias da Ilha de São Nicolau Cabo Verde.  
[http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/bitstream/10961/3498/1/tcc%20madeleine%20salomao%20rev%20Joel\\_1.pdf](http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/bitstream/10961/3498/1/tcc%20madeleine%20salomao%20rev%20Joel_1.pdf)

SEBRAE/MG (2008) Políticas Públicas Conceitos e Práticas, Série Políticas Públicas Volume7. [http://www.agenda21comperj.com.br/sites/localhost/files/MANUAL\\_DE POLITICAS PUBLICAS.pdf](http://www.agenda21comperj.com.br/sites/localhost/files/MANUAL_DE_POLITICAS_PUBLICAS.pdf)

SOUZA, C. (2006) Introdução a Políticas Públicas: uma revisão da literatura [Em linha]. Disponível em:<< [http://www.scielo.br/pdf/soc/celina\\_souza](http://www.scielo.br/pdf/soc/celina_souza) >> consultado em 25-11-2014

Cabo Verde na Rota da internacionalização-Caixa Geral do Depósito Gabinete de Estudos económicos, cooperação e informação- (Maio de 1994);

## **Documentos Oficiais**

Constituição da República de Cabo Verde Assembleia Nacional 2011

Desenvolvimento comunitário Manual de Boas Praticas. A experiencia de Santo Antão, Cabo Verde 2011 CRP-SA .

Revista (ILHAS) Nº1/Julho de 2014III Serie;

Plataforma das ONG's de Cabo Verde Guia das ONG's 2007.

Metodologia de Análise de Políticas Públicas GAPI – (2002)

### **Páginas da internet**

<https://www.google.cv/search?q=Jornal+de+Animada+Rede+Portuguesa+LEADER+Pessoas,eLugares>

[https://www.google.cv/objectivos do milénio](https://www.google.cv/objectivos%20do%20mil%C3%A9nio)

<http://www.minfin.gov.cv/index.php/grandes-opcoes-do-plano>

<http://www.governo.cv/images/DECRP-III.pdf>

[http://www.governo.cv/documents/PLPR-\\_PERSPECTIVAS\\_III\\_FASE.pdf](http://www.governo.cv/documents/PLPR-_PERSPECTIVAS_III_FASE.pdf)

[http://www.governo.cv/documents/estrategia\\_desenv\\_proteccao\\_socialPdf](http://www.governo.cv/documents/estrategia_desenv_proteccao_socialPdf)

<http://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/1035capeverde.pdf>

[file:///C:/Users/UniMindelo/Downloads/Governo agenda rumo ao Cabo Verde 2030.pdf](file:///C:/Users/UniMindelo/Downloads/Governo%20agenda%20rumo%20ao%20CaboVerde%202030.pdf)

[file:///c:/users/unimindelo/downloads/informaçoageraldosmunicipios de caboverde.pdf](file:///c:/users/unimindelo/downloads/informa%C3%A7%C3%A3o%20geral%20dos%20munic%C3%ADpios%20de%20cabo%20verde.pdf)

[http://www.gatewaycabo Verde.org.cv/images/stories/associativismo\\_anexo.pdf](http://www.gatewaycabo Verde.org.cv/images/stories/associativismo_anexo.pdf)

[file:///C:/Users/UniMindelo/Downloads/Novembro\\_2005.pdf](file:///C:/Users/UniMindelo/Downloads/Novembro_2005.pdf)

[www.platongs.org.cv/index.ph](http://www.platongs.org.cv/index.ph). Caminhar Boletim Informativo Nº15 da Plataforma das ONG's Novembro 2005; Dinâmica folha informativo da plataforma das ong Nº 1 Série. III Outubro de 2011,

<http://www.voluntariadocv.org/2010/05/oadisa/>

<http://escola.mpu.mp.br/dicionario/tiki.index.php?page=Participação+Popular>

<http://www.oimpacto.com.br/sociedade/participacao-popular-e-democracia>

www.portal do conhecimento 19-03-2014

www.ocessa .com/gramsci. 25-04-2014 11:09

## **ANEXO**

### **Guião de entrevista**

#### **Entrevista à Entidade Camarária do concelho do Paul**

##### **I – Identificação do Entrevistado**

1- Nome

5- Cargo/Função

6- Áreas de actuação

##### **II – Sobre as Associações**

P1-A Câmara Municipal tem conhecimento da quantidade de associações existentes no concelho do Paul?

P2- Qual é a relação entre a Câmara e as associações existentes no concelho de Paul?

P3 As associações participam na elaboração e implementação dos planos de desenvolvimento Local?

P4- A Câmara participa na elaboração e implementação dos planos de actividades das associações?

P5-Tem conhecimento das actividades levadas a cabo pelas associações?

P6-Quantas associações existem actualmente no município e quais as necessidades?

P7-As associações comunitárias ajudam a Câmara na do plano de Desenvolvimento Municipal ou nas políticas do desenvolvimento municipal?

P8-Que actividades a Câmara acham que deveriam constar do plano de actividades das associações?

P9- Como é que vê o papel das associações na esfera política?

P10- Como é que a Câmara classificaria as acções das associações?

P11-Que incentivos a Câmara oferecem às associações como parceiros do desenvolvimento municipal?

P12-Existe no orçamento municipal algum fundo destinado a apoiar as associações locais?

### **Entrevista à Comissão Regional de Parceiros de Santo Antão (CRP)**

#### **I – Identificação do Entrevistado**

1- Nome

5- Cargo/Função

6- Áreas de actuação

#### **II – Sobre as Associações**

P1-A CRP tem conhecimento da quantidade de associações existentes no concelho do Paul?

P2- Qual é a relação entre a CRP e as associações comunitárias no concelho do Paul?

P3 -As associações participam na elaboração e implementação dos planos de desenvolvimento Local?

P4- A CRP participa na elaboração e implementação dos planos de actividades das associações

P5-Tem conhecimento das actividades levadas a cabo pelas associações?

P6-Quantas associações existem actualmente no município e quais as necessidades? P7- A CRP ajudam as associações comunitárias nas políticas do desenvolvimento das comunidades?

P8-Que actividades a CRP acham que deveriam constar do plano de actividades das associações?

P9- Como é que vê o papel das associações na esfera política?

P10- Como é que a CRP classificaria as acções das associações?

P11-Que incentivos a CRP oferece às associações como parceiros do desenvolvimento local?

P12-Existe algum fundo destinado a apoiar as associações locais?

P13-Quem são os financiadores?

### **Entrevista aos Presidentes das Associações Comunitárias e da ONG Ami-Paul**

P1- Como é que surgiu a associação?

P2- Quantos anos tem a associação e quantos anos estas na mesma?

P3- Qual é o objectivo da associação?

P4- Que órgão da associação pertence , qual o cargo que ocupa e o tempo de mandato?

P5-Como é que se sente como presidente dessa associação?

P6- Existe jovens na direcção da associação?

P7 – Como tem sido a aderência dos sócios a associação, e a participação nas reuniões?

P8- É estipulada alguma cota dentro da associação?

P9-É a associação que identifica os problemas da comunidade?

P10- Em que áreas a associação tem vindo a intervir na comunidade?

P11- Quais dessas actividades consideram prioritário para a comunidade?

P12- Quais os tipos de apoio que tem para a execução dessas actividades?

P13- Qual é a origem dos financiamentos da associação?

P14-Quais são os principais parceiros da associação?

P15- Como são tomadas as decisões dentro da associação?

P16- Quantas vezes a direcção se reúnem e com que objectivo?

P17- Existe um plano de actividade ?

P18- Como é elaborado esse plano?

P19-Qual é a vossa relação com as Câmaras Municipais?

P20- Tem conhecimento dos objectivos de desenvolvimento do Milénio?

P21-Qual é a vossa relação com o governo?

P22- A associação tem sido consultada pelo governo como sendo financiador de alguns projectos?

P23- Quais os pontos fortes e fracos que a associação apresenta?

Pontos fortes:

Pontos fracos:

P24- consideram que a associação tem dado resposta satisfatória as exigências da comunidade.



